



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0990/14	DATA: 02/09/2014	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 10h56min	TÉRMINO: 14h25min	PÁGINAS: 91

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Testemunha.
ANTÔNIO FÁBIO DANTAS LUSTOSA - Testemunha.
ARI CARLOS ROCHA NASCIMENTO - Testemunha.
HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Testemunha.

SUMÁRIO

Instauração do Processo nº 16, de 2014, referente à Representação nº 32, de 2014, em desfavor do Deputado Rodrigo Bethlem, e oitiva das testemunhas arroladas pela Defesa nos Processos nºs 14, de 2014, e 15, de 2014, referentes às Representações nºs 26, de 2014, e 27, de 2014, respectivamente, ambas em desfavor do Deputado Luiz Argôlo.

OBSERVAÇÕES

Há palavras ininteligíveis.
Foi proferida palavra chula durante a reunião.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Declaro aberta a reunião ordinária do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Expediente.

Com relação aos Processos nºs 14 e 15, de 2014, Representações nºs 26 e 27, de 2014, em desfavor do Deputado Luiz Argôlo, informo o seguinte.

Em 1º de setembro, o Juiz Sérgio Moro informou que a cópia do depoimento prestado por Meire Poza à Polícia Federal foi remetida em 12 de agosto ao Ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal. Esclareceu que o compartilhamento do referido documento deverá ser autorizado pelo Ministro Teori Zavascki.

No dia 20 de agosto, foi protocolado no Conselho petição do advogado do Representado, solicitando que a Sra. Meire Poza seja ouvida em data diversa das demais testemunhas, após o recebimento do depoimento por ela prestado à Polícia Federal e no mesmo dia da oitiva do Representado.

Em 1º de setembro, encaminhou nova petição, solicitando ao Relator que a testemunha de defesa Sra. Meire Poza seja substituída pelo Sr. Vanilton Bezerra Pinto.

Em 25 de agosto, foi protocolada a resposta da empresa aérea Gol referente ao requerimento do Relator, Deputado Marcos Rogério, no qual solicitava os horários de voos e os nomes dos passageiros referentes a bilhetes eletrônicos emitidos pelo gabinete do Deputado Luiz Argôlo.

O advogado do Deputado Luiz Argôlo requereu, em 20 de agosto, a substituição das seguintes testemunhas de defesa: em substituição ao Sr. Del Feliz, arrolou o Diretor de Abastecimento da PETROBRAS, Sr. José Carlos Cosenza; em substituição a Wanderson Delmondes, arrolou o jornalista Ucho Haddad.

Com relação às testemunhas arroladas pela defesa do Deputado Luiz Argôlo, informo o seguinte: não enviaram resposta os Srs. Wamberson Bezerra Pinto de Lima, Alembregue Araújo, Clara Sena Andrade Grapiuna, Murilo Matos de Oliveira, Djailton Feliciano Santos, Ucho Haddad; o Sr. Evilacio Miranda Silva informou que estava viajando e não poderá comparecer; o Sr. José Carlos Cosenza, Diretor de Abastecimento do PETROBRAS, em resposta do dia 28 de agosto, declinou do convite tendo em vista não conhecer o Deputado Luiz Argôlo, bem como desconhecer por completo os fatos narrados nas referidas Representações; a Sra.



Renata Lorena Santos declinou do convite por estar em atestado médico; os convites formulados aos Srs. Alaerte Gabriel de Santos e Mailson Pereira de Assis foram devolvidos pelos Correios com a informação “desconhecido”. Então, em 1º de setembro, o advogado solicitou a substituição do Sr. Alaerte pelo Sr. Antônio Fábio Lustosa. Esclareceu que tanto o Sr. Mailson como o Sr. Antônio Lustosa compareceriam a esta reunião independentemente de intimação. Os Srs. Akauã Simões e Josias Miguel dos Santos confirmaram presença para prestar esclarecimentos nesta reunião. A Sra. Meire Bonfim da Silva Poza, testemunha de defesa a ser ouvida por último a pedido do advogado, confirmou presença em reunião de amanhã, dia 3 de setembro, às 10 horas da manhã.

Ordem do Dia.

A presente reunião tem por finalidade:

Item 1. Instalação do Processo nº 16, de 2014, referente à Representação nº 32, de 2014, do Partido Socialismo e Liberdade — PSOL, em desfavor do Deputado Rodrigo Bethlem.

Item 2. Oitiva das testemunhas arroladas pela defesa do Deputado Luiz Argôlo nos Processos nº 14 e 15, de 2014, referentes às Representações nº 26 e 27, de 2014.

Registro a presença do advogado do Deputado Luiz Argôlo, Dr. Aluisio Lundgren.

Passando ao primeiro item da pauta, procedo à leitura do Termo de Instalação do Processo nº 16, de 2014, em desfavor do Deputado Rodrigo Bethlem.

Termo de Instalação.

Recebo a presente Representação nº 32, de 2014, de autoria do Partido Socialismo e Liberdade — PSOL, em desfavor do Deputado Rodrigo Bethlem, PMDB do Rio de Janeiro.

Instaure-se o processo disciplinar nos termos da Resolução nº 25/2001, modificada pela Resolução nº 2/2011 (Código de Ética e Decoro Parlamentar) e dispositivos do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.



Intime-se o Deputado Representado entregando-lhe cópia integral da respectiva Representação e dos documentos que a instruem.

Registre-se e autue-se a Representação.

Cumpra-se.

Conforme previsto no Código de Ética, a designação do Relator será feita dentre os integrantes de uma lista tríplice formada por sorteio dos membros do Conselho, ressalvados os impedimentos de ser do mesmo Estado, do mesmo partido do Representado e do mesmo partido do Representante, no caso o PSOL.

Vou fazer a leitura dos nomes dos membros que podem participar do sorteio: Deputados Wladimir Costa, do Solidariedade; Fernando Ferro, do PT; Sibá Machado, do PT; Zé Geraldo, do PT; Cesar Colnago, do PSDB; Izalci, do PSDB; José Carlos Araújo, do PSD; Sérgio Brito, do PSD; Renzo Braz, do PP; Roberto Teixeira, do PP; Paulo Freire, do PR; Onyx Lorenzoni, do DEM; Sérgio Moraes, do PTB; Rosane Ferreira, do PV; Félix Mendonça Júnior, do PDT; Zequinha Marinho, do PSC; Marcos Rogério, do PDT; e Júlio Delgado, do PSB.

Deputados impedidos: Ricardo Izar, do PSD; Mauro Lopes, do PMDB; e Ronaldo Benedet, do PMDB.

Deputada Rosane, a senhora vem fazer o sorteio? *(Pausa.)*

São três nomes.

(É realizado o sorteio.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Wladimir Costa, do Solidariedade; Deputado Paulo Freire, do PR; e Deputado Sérgio Moraes, do PTB.

Passo ao Item 2 da pauta.

Faço alguns esclarecimentos a respeito da oitiva das testemunhas, conforme dispõe o art. 12 do Regulamento deste Conselho de Ética.

Inicialmente, passarei a palavra ao Relator, Deputado Marcos Rogério, para que formule as suas perguntas, que poderão ser feitas em qualquer momento que S.Exa. entender necessário.

Após a inquirição inicial, será dada a palavra ao advogado, Dr. Aluisio.

A chamada para que os Parlamentares inquiram as testemunhas será feita de acordo com a lista de inscrição, chamando-se primeiramente os membros deste



Conselho, que têm até 10 minutos, improrrogáveis, para formular perguntas, com 3 minutos para a réplica.

Será concedida aos Deputados que não integram o Conselho a metade do tempo dos membros, 5 minutos.

O Deputado que usar da apalavra não poderá ser aparteado, e a testemunha não será interrompida, exceto pelo Presidente ou pelo Relator.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, uma consulta.

Tenho uma dúvida. No que concerne aos nomes para o sorteio, eu já entendi que eram de titulares. Na ausência dos titulares, não entrariam os suplentes?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A gente tem feito normalmente, sempre, só os titulares. Estaríamos deixando os suplentes caso houvesse uma demanda grande de casos, o que eu espero que não tenhamos.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - É só uma dúvida, porque eu inclusive observei que dos sorteados não estão presentes, e na ausência do titular eu entendi que o suplente entraria no sorteio. Mas é só uma consulta, eu não estou questionando, apenas tenho essa dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A gente não fez isso nenhuma vez. A gente tem feito sempre com os titulares, todos.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Marcos Rogério, por favor.

Convido a tomar assento à mesa o Sr. Josias Miguel dos Santos, primeira testemunha a ser ouvida.

Para atender as formalidades legais, será firmado pela testemunha termo de compromisso, de cujo teor faço a leitura.

Termo de Compromisso

Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos aos Processos nºs 014/14, 015/14, referentes às Representações nºs



26/14 e 27/14, respectivamente instauradas em desfavor do Deputado Luiz Argôlo (SD-BA).

Sala das reuniões, 02 de setembro de 2014

Josias Miguel dos Santos

Passo a palavra ao Relator, Deputado Marcos Rogério, para inquirir a testemunha.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nobre advogado, depoente que a este Conselho comparece, as minhas saudações.

Eu começo, Sr. Presidente, questionando o depoente: nome completo e onde reside.

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Josias Miguel dos Santos. Resido em Itabuna, Bahia.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Qual a relação de V.Sa. com o Deputado Luiz Argôlo?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Eu sou apoiador político do Deputado no sul da Bahia.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. é funcionário do gabinete do Deputado?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Não, não sou.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Ocupou algum cargo no gabinete dele ou no escritório de representação?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Não sou funcionário do gabinete dele e nunca ocupei cargo no gabinete dele em Brasília.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - No Estado, já ocupou?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - No Estado ocupei, no segundo mandato dele como Deputado Estadual.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Em que período?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Salvo melhor juízo, um pouco antes das eleições de 2010, acho que no primeiro semestre.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Qual a atividade de V.Sa. no Estado da Bahia?



O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Eu sou empresário.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - De que ramo?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Eu tenho uma produtora de vídeo, de áudio e vídeo, e tenho propriedade rural.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. conhece o Sr. Alberto Youssef?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Não.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Por que V.Sa. está neste Conselho nesta data? Qual a relação do senhor com os fatos denunciados e apresentados a este Conselho?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Eu fui convidado pelo Conselho de Ética desta Casa a prestar esclarecimentos que pudessem contribuir para os fatos relatados nas duas Representações, certamente porque fui arrolado como testemunha conhecedor do Deputado Luiz Argôlo como sou, desde o primeiro mandato dele como Deputado Estadual, porque na época eu era Diretor Administrativo da União dos Municípios da Bahia, da qual ele participava e foi quando eu o conheci. Era um municipalista e nos auxiliava nas questões de interesse das municipalidades. Por conhecê-lo é que eu aceitei o convite de vir aqui e me colocar à disposição dos senhores.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. tem conhecimento das Representações que pesam contra o Deputado neste Conselho de Ética?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Tenho.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Conhece os fatos?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Não. Eu conheço o que a mídia divulgou e o que ele próprio me disse.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. testemunhou algum dos fatos veiculados pela mídia sobre o envolvimento do Parlamentar com o doleiro Youssef ou com relação à entrega ou recebimento de valores?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Não, jamais.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, este Relator não fará mais questionamentos por ora ao Sr. Josias. Ele é convidado da Defesa para



prestar depoimento. Fiz apenas essas questões iniciais para verificar a ligação do depoente com o caso ora em análise neste Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Passo a palavra ao Dr. Aluisio.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Exmo. Sr. Presidente, Dr. Ricardo Izar, Exmo. Sr. Relator, Exmos. Srs. Deputados, Dra. Adriana e Dr. Alexandre, que fazem parte do belíssimo corpo técnico da Câmara dos Deputados:

Antes de perguntar, Presidente, só vou fazer aqui uns três esclarecimentos da dificuldade, que a Dra. Adriana tem acompanhado, de nós fazermos uma prova negativa. Uma coisa é um fato que aconteceu e você dar uma versão de legítima defesa e estado de necessidade e outras mais; outra é você fazer uma prova de um fato negativo.

Eu tenho tentado por esses dias trazer todas as testemunhas que possam contribuir com o Conselho. Arrolei um dos diretores da PETROBRAS, o Cosenza, que não quis vir. Descobri pela Internet que quem denunciou toda a Operação Lava Jato foi um jornalista lá do Paraná chamado Ucho Haddad, que fez um artigo belíssimo no *site* dele. Arrolei como testemunha, não quis vir. Arrolei o diretor do Banco do Brasil, ainda que pese que o diretor da conta do Sr. Vanildo Bezerra tenha vindo aqui e pouco tenha contribuído, não pela qualidade da testemunha, mas pelas limitações que este Conselho tem. Aquela testemunha, judicialmente, ela poderia abrir mão de todo o sigilo judicial. Também o diretor do Banco do Brasil não quis vir. E aí, o que nos sobrou? Trazer as testemunhas de abono de conduta. E mesmo as testemunhas de abono de conduta, Sr. Presidente, quando são arroladas, algumas são simplórias e falam: *“Olha, eu não quero me envolver nisso”*. *“Não, mas a senhora não está se envolvendo, a senhora vem para cá para ser testemunha, para testemunhar pelo menos a boa conduta do Deputado Argôlo, a história política dele na Bahia, saber se é um procedimento dele agir dessa forma que está narrada na representação ou se é um procedimento diverso”*. O Dr. Josias se enquadra neste fato. É uma testemunha de abono de conduta, que conhece toda a conduta do Deputado Argôlo. Isso é permitido judicialmente, é reconhecido judicialmente.

Então, eu pergunto ao senhor, Dr. Josias, há quanto tempo o senhor conhece a família, o S. Manoelito Argôlo, a família do Deputado Argôlo?



O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Desde o ano 2001.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Desde 2001. E qual é a fama que o Deputado e o pai dele têm na região? São bem afamados? Não são?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Eu acho que, na Bahia, e certamente pelo Nordeste afora, não há quem não conheça a família Argôlo, capitaneada pelo Sr. Manoelito, pela tradição dos esportes que eles praticavam na Fazenda Rancho Alegre. Aliás, dispenso até maiores comentários.

Com relação especificamente ao Deputado Luiz Argôlo, que eu conheci no primeiro mandato como Deputado Estadual, para nós, em especial no sul da Bahia, ele representa muito, pela sua atuação como Parlamentar, pelo apoio político que tem dado àquela região.

De fato, eu até estranhei quando houve a denúncia do envolvimento dele, quando li na revista que ele teria envolvimento com o doleiro. Estranhei porque essa não é a conduta que ele pratica lá na Bahia, por isso até que eu me dispus a vir aqui dar o meu testemunho. Nós conhecemos a família e temos certeza de que não... haja vista que nem necessidade disso ele teria. Nasceu em berço...

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Por que ele não teria necessidade?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Nasceu em berço de ouro, nunca ia precisar estar envolvido com corrupção, com atos ilícitos, para poder enriquecer.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - E diga uma coisa: o senhor conhece o pai do Deputado. Há quanto tempo o pai do Deputado tem avião?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Desde quando eu o conheci, em 2001.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Desde 2001.

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Desde quando eu o conheci eu tomei conhecimento de que ele tinha avião.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Certo. Tem fazenda, tem gado, tem tudo?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Isso, em Entre Rios.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Pronto. Satisfeito, Excelência.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Há algum Deputado inscrito?
(Pausa.)

Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Bem, Sr. Presidente, mais uma vez, é evidente que as testemunhas praticamente não conhecem sobre o fato. Nós ouvimos aqui a última testemunha, que foi a contadora do doleiro, que deixou muito claro aqui que o Luiz Argôlo era praticamente sócio do doleiro. Na realidade, além de sócio — ela declarou claramente aqui também, sob juramento —, as atividades desenvolvidas pelo doleiro juntamente com o Luiz Argôlo eram atividades ilícitas. Então, eu achei que alguém poderia fazer um testemunho do caso específico, mas eu entendo que o Sr. Josias, ele não conhece realmente com relação a este fato, e aí realmente não há como indagá-lo sobre coisas que ele não conhece, porque ele conhece a família de um modo geral, mas especificamente sobre a operação...

V.Sa. já o conhece desde Deputado Estadual. Ele pertencia ao partido PP?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - PP.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Qual o relacionamento que ele tinha com outros políticos? Era de qual linha lá na Bahia? Quando ele foi Estadual, quem era o Federal que ele apoiava? Quem era o Senador, assim, mais ligado à família dele?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Eu acho que ele era mais ligado ao próprio PP, ao pessoal do Diretório Estadual do PP.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ele tinha relação com o Janene?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Não que eu saiba.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Conhece Janene?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Não que eu saiba.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, V.Sa. conhece o Deputado Janene?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Não o conheço.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Qual Deputado do PP da região lá que trabalhava nesse período de primeiro mandato de Estadual e depois primeiro mandato de Federal?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - No sul da Bahia, o ex-Prefeito de Jequié Roberto Britto.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Roberto Britto.



Ele teve ligação com Negromonte, que foi um político tradicional também da Bahia? Ele tem alguma relação política lá na...

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - O senhor se refere a Luiz Argôlo?

O SR. DEPUTADO IZALCI - É.

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Sim. Como Deputado do PP, ele tinha obrigatoriamente essa relação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas ele apoiava para Federal quem, quando ele foi Estadual? Ele apoiava para Federal quem? V.Sa. lembra?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Não, não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não lembra?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Não, não me lembro disso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Não, não me lembro disso. Lá no sul da Bahia, ao menos, em momento nenhum ele nos pediu que apoiasse nenhum desses Federais.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É porque, na prática, o que a gente percebe aqui, pelos documentos a que tivemos acesso na Operação Lava Jato e também pelos testemunhos que já foram dados aqui, o que a gente percebe claramente é que havia por parte do partido PP, inclusive, e de outros partidos esse envolvimento, já de algum tempo, principalmente... Porque a Operação Lava Jato já é uma continuidade do mensalão lá de trás. O Janene trabalhava com aquelas operadoras na época do mensalão, e depois fizeram uma mudança do mensalão, que passou de ser das empresas de publicidade, de comunicação. Passaram um pouco para essas empresas, principalmente a PETROBRAS. Aqui foi dito inclusive com relação ao laboratório Labogen, que também fazia operações de importação e exportação, com relação a essa continuidade do mensalão. Nesse período, V.Sa. acompanhou essa questão do mensalão? Houve algum comentário nessa época, lá na cidade onde vocês atuavam, ou não?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Comentário sobre a questão do mensalão, sim. Agora, com relação à relação a que o senhor se referiu, a relação do Deputado Luiz Argôlo com o PP, eu me lembrei de um fato. Quando ele foi mudar de partido, ele foi lá no nosso Município, reuniu...



O SR. DEPUTADO IZALCI - Agora recentemente.

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - É, recentemente. Ele reuniu as lideranças nossas lá na região e justificou por que ele iria mudar de partido: porque ele não estava confortável dentro do partido dele, apesar de tantos anos militando dentro do PP. Reclamou inclusive, na época, que em 2010 ele não teve recurso do PP da Bahia para ajuda na campanha — porque era normal o partido ajudar os candidatos da sua legenda —, que ele não teve essa ajuda, que somente outros Parlamentares foram ajudados nessa campanha, e que por essa razão ele não estava confortável dentro do PP e queria aproveitar essa oportunidade de mudança de legenda que a lei permitia e sairia para o Solidariedade, pedindo inclusive a nós que o acompanhássemos, o que nós fizemos prontamente, porque entendemos que ele tinha justificado a mudança.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Qual é a relação do Deputado Luiz Argôlo lá no Ministério das Cidades? Ele tinha uma boa penetração? Conseguia muitos projetos por lá, ou não? Porque era dirigido pelo PP.

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Não. Na época ele era Deputado Estadual, e depois, como Federal, foi um começo de mandato em que não teve, digamos assim, grandes benefícios que o sul da Bahia pudesse receber a partir da atuação dele em Brasília.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. se lembra de algumas emendas que ele apresentou para a região? Assim, o que que ele apresentou?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Emenda parlamentar própria eu me lembro de uma de 1 milhão de reais que foi para um bairro lá de Itabuna, que é o bairro Vila Anália.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Para fazer o quê? O que era a obra?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Obra de infraestrutura.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Do Ministério das Cidades.

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Não sei. Era emenda própria dele, mas não me recordo, porque foi na relação com o Município, com a Prefeitura.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O.k.

Era isso, Sr. Presidente. Satisfeito.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, apenas para trazer mais alguns esclarecimentos.

O depoente tem informações sobre negócios do Deputado Luiz Argôlo fora do Estado da Bahia?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Não, não tenho.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Não tem conhecimento ou não conhece as empresas?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Não, não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Certo.

V.Sa. tem alguma filiação partidária?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - No momento, não. Eu me filiei na época ao Solidariedade, a pedido dele próprio, e depois encaminhei ofício pedindo o meu desligamento. Mas também não sei dizer ao senhor se essa mudança já chegou lá no Cartório Eleitoral de Itabuna, porque é demorado esse processo.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Certo.

V.Sa. tem algum fato a mais que gostaria de acrescentar ao Conselho com relação ao Deputado Luiz Argôlo e aos fatos que são imputados contra ele?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Excelência, a não ser a minha estranheza das denúncias apresentadas na revista, porque, conhecendo, repito, como eu sempre conheci, o Deputado Luiz Argôlo, causou-me estranheza que ele tivesse envolvimento com coisas ilícitas em Brasília. Apenas esta observação.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só uma questão aqui, Sr. Presidente.

V.Sa. conheceu uma empresa chamada Malga Engenharia?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não conheceu?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Não, não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. conheceu alguma empresa agropecuária em Entre Rios?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Em Entre Rios não sei. Não conheço.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Na Bahia?



O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Não. Eu fui a Entre Rios acho que duas vezes, em épocas festivas somente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Passo a palavra ao Dr. Aluisio Lundgren.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Excelência, só para concluir com a testemunha, se a testemunha tem conhecimento de que o irmão do Deputado teria vendido um terreno ao Sr. Youssef.

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Eu ouvi dizer, sim, por ele próprio, que teria vendido.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Sei.

Satisfeito, Excelência.

O senhor sabe dizer se o irmão do Deputado foi candidato a prefeito em alguma cidade, se perdeu a eleição, se estava num momento de dificuldade financeira?

O SR. JOSIAS MIGUEL DOS SANTOS - Eu sei que ele foi Prefeito de Cardeal da Silva e teria perdido a eleição em Entre Rios e que isso teria de fato causado a ele um grande prejuízo financeiro.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Certo.

Excelência, satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu agradeço ao Sr. Josias Miguel dos Santos e passo à segunda testemunha, o Sr. Antônio Fábio Dantas Lustosa. *(Pausa.)*

Registro a presença do Deputado Luiz Argôlo.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, o Relator manifesta desconhecimento dessa testemunha. Essa testemunha não estava no rol daquelas arroladas neste Conselho.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Sim. Sr. Presidente, veja bem... Nós da Defesa, com essa dificuldade, Deputado Marcos Rogério, é verdade. Várias testemunhas não estão querendo vir. Então a Defesa tem o pleito — já ouvi o Sr. Josias — de ouvir mais essas três testemunhas e dispensar as demais. O Deputado já está aqui para prestar todos os esclarecimentos que o Conselho quiser,



entendeu? Como eu tinha um compromisso com V.Exa. de agilizar o processo... Meu compromisso é firme. Não procrastinei este processo 1 dia, V.Exa. é testemunha. E, com essa dificuldade, já com a cobrança que o Deputado Marcos Rogério me fez na sessão passada de tentar trazer as testemunhas, envidamos todos os esforços. Algumas quiseram vir, outras não. Algumas que não estavam na lista se propuseram a dar um depoimento, e eu disse ao Deputado: *“Olha, o prazo é inimigo de quem é inocente. Vamos vir aqui hoje e vamos esclarecer tudo para o Conselho de Ética.”* O Deputado está aqui para esclarecer tudo.

Terminada a oitava dessas testemunhas, se V.Exa. consentir, o Deputado esclarece aos Deputados que estão aqui presentes todos os fatos que restam incólumes, como eu prometi desde o primeiro dia em que compareci ao Conselho de Ética.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, houve o pedido de substituição de testemunhas, inclusive um pedido de substituição da Sra. Meire Poza, que está arrolada e sua presença confirmada para a data de amanhã. Eu estou analisando esses pedidos. Já tinha analisado o pedido anterior, que foi formalmente apresentado, e, no primeiro caso, eu estou indeferindo o pedido de substituição, no caso, da Sra. Meire Poza. Por qual razão? A substituição de testemunha no processo penal tinha previsão no art. 397 daquele diploma normativo. Esse artigo foi revogado. Ele abria a possibilidade, a hipótese de substituição de testemunha para garantir a ampla defesa e o contraditório, enfim. Todavia, apesar da revogação do texto do 397 do Penal, continua sendo possível, sim, a substituição de testemunha arrolada, aplicando-se subsidiariamente o que dispõe o art. 408 do Código de Processo Civil. Todavia, essa substituição não acontece simplesmente por pedido da Defesa, por apelo da Defesa, há que haver uma razoabilidade e o preenchimento de alguns requisitos.

Diz o art. 408:

“Art. 408. Depois de apresentado o rol, de que trata o artigo antecedente, a parte só pode substituir a testemunha:

I - que falecer;



II - que, por enfermidade, não estiver em condições de depor;

III - que, tendo mudado de residência, não for encontrada pelo oficial de justiça.”

A doutrina, quando comenta essa substituição de testemunha, também vai nessa mesma direção, ainda que em sede penal, e nós estamos pegando emprestada essa jurisprudência, ou esse entendimento, porque o Regimento Interno da Câmara e também o Código de Ética não lecionam sobre isso, não se manifestam, são silenciosos sobre esta questão, a hipótese de substituição de testemunho. E a doutrina diz que, *“mesmo diante da omissão, entendemos que, em princípio, há possibilidade de substituição da testemunha não encontrada. No entanto, não será automática a substituição. Deverá o juiz analisar a relevância e a pertinência da medida, bem como se não se trata de medida protelatória, para decidir se é ou não o caso de admitir a substituição...”*

Vejam que a substituição, ela é possível, mas há um trâmite, há um regulamento, há uma necessidade de se fundamentar a necessidade de substituição, e essa fundamentação deve estar prevista justamente no que diz a norma do Código de Processo Civil, uma vez que o Penal foi revogado.

O STJ tem sedimentado o entendimento de que é possível a substituição de testemunhas, observados os requisitos, mas o não acatamento da substituição não acarreta também cerceamento ao direito de defesa. Portanto, como a Sra. Meire foi convidada e tinha confirmado presença, não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas para a substituição de testemunhas. Estou indeferindo o pedido de substituição que foi me apresentado...

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Se V.Exa. me permitir concluir o raciocínio, V.Exa. fala na sequência.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Pois não.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O pedido foi apresentado na data de 1º/9/2014:

O Sr. João Luiz Correia Argôlo dos Santos, já devidamente qualificado, comparece respeitosamente



perante V.Exa. para requerer a substituição da testemunha Meire Bonfim Poza pela testemunha Vanilton Bezerra Pinto, tendo em vista a impossibilidade de maiores questionamentos, por ainda não haverem chegado seus depoimentos prestados na Superintendência da Polícia Federal do Paraná.

A ausência do depoimento da testemunha na Polícia Federal não é elemento suficiente para justificar a substituição da testemunha. O rol do Código de Processo é taxativo. Por essa razão, eu estou indeferindo o pedido de substituição dessa testemunha.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - V.Exa. me permite só um esclarecimento, Sr. Presidente?

Veja bem, primeiro, a praxe do Conselho, até hoje, tem sido deferir a substituição de testemunhas sem justificativa, porque a testemunha Meire já vem em substituição à testemunha Welane Argôlo, que foi substituída sem justificativa. Então, se nós aplicarmos esse mesmo raciocínio, nem a Meire, nem o Vanilton; teria que ser a Dra. Welane. Por esse mesmo raciocínio pelo qual V.Exa. está indeferindo. Ela não era inicialmente testemunha de defesa; ela veio em substituição à testemunha Welane. Então, por esse mesmo raciocínio, nós teríamos que voltar à testemunha Welane.

Mas, veja, o caso aqui não é de substituição de testemunha. O caso aqui é que eu estou dispensando as demais testemunhas que são arroladas no interesse da Defesa. A instrução já se encerrou. Veja bem, a Defesa está dispensando. V.Exa., se quiser ouvir como testemunha de acusação, pode ouvir. Agora, da parte da Defesa, nós não temos mais interesse em nenhuma outra testemunha.

Deixe-me só concluir, Sr. Presidente; deixe-me só concluir, Sr. Relator. Desde o primeiro momento, quando ela foi arrolada, eu a arrolei com a condição — e até fiz isso numa petição ao Conselho de Ética — de que os depoimentos dela na Polícia Federal fossem encaminhados ao Conselho de Ética para que eu pudesse confrontar os depoimentos prestados lá com os depoimentos prestados aqui. Ela agora é testemunha de defesa — de defesa!



Então, veja, se nós aplicarmos esse raciocínio que V.Exa. está aplicando — da impossibilidade da substituição —, teremos que cancelar o depoimento da Dra. Meire e voltar para a testemunha Welane, que foi inicialmente deferido. Se nós aplicarmos... Se nós consideramos tudo (*ininteligível*), nós teremos que dizer que a Defesa expressamente dispensa todas as demais testemunhas e quer que compareça aqui o Deputado, para prestar esclarecimento, porque a Dra. Meire já veio, os depoimentos da Polícia Federal não chegaram, e não satisfaz mais à Defesa o depoimento dela.

Antes de eu atravessar essa petição, consultei ontem o Conselho de Ética. Os depoimentos não tinham chegado da Polícia Federal. Então, se ela for ouvida, não é mais no interesse da Defesa, não. Nós estamos dispensando. Afora essas quatro que tem hoje, estamos dispensando todas as outras testemunhas. Expressamente dispensando. Então, não é mais nem o caso de substituição. Mas, se V.Exa. entender que é substituição e que não pode, aplicando esse mesmo raciocínio, teremos que retornar para a testemunha Welane Argôlo, que foi inicialmente arrolada.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, apenas para ratificar o que já manifestei: a Defesa deve cumprir o papel de defesa e se manifestar dentro do regulamento. Portanto, a renúncia, ou o desinteresse, ou a desistência de depoimento é ato da Defesa. Que ela o faça pelos meios próprios, sem questionamento por parte do Relator. É testemunha de defesa. Virá se a Defesa tiver interesse que venha. Agora, a substituição envolve manifestação do Relator, e, no caso concreto, o Relator está indeferindo, por entender inadequada, inoportuna, não arrazoada e sem fundamentação.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Pois não, Excelência. Então a Defesa dispensa todas as demais testemunhas, à exceção das que estão hoje aqui presentes, e pede que seja, em seguida, ouvido o Deputado, como Representado.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k. Quanto aos demais pedidos, Sr. Presidente, considerando que estão presentes na Casa e não haverá necessidade de nova notificação, o Relator vai deferir, nesse caso, porque não há prejuízo ao Conselho.



Os casos anteriores todos já haviam sido notificados mais de uma vez, alguns até cinco vezes, e, portanto, se houvesse insistência, conforme já tínhamos indicado na sessão anterior, nós não faríamos novas notificações.

Considerando que estão aqui; não há prejuízo ao Conselho; os Deputados estão, Relator e Presidente; eu defiro a oitiva destas testemunhas, porque as demais não foram localizadas. E aí é elemento, sim, para substituição das testemunhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Para atender às formalidades legais, será firmado pela testemunha termo de compromisso, de cujo teor faço a leitura:

Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao processo nº 14/14 e 15/14, referentes às Representações 26 e 27/14, respectivamente, instauradas em desfavor do Deputado Luiz Argôlo (SD-BA).

Sala das Reuniões, 12 de setembro de 2014.

Antônio Fábio Dantas Lustosa.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Marcos Rogério.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, inicio os meus questionamentos ao Sr. Antônio perguntando o nome completo de V.Sa. e onde reside.

O SR. ANTÔNIO FÁBIO DANTAS LUSTOSA - Bom dia. Antônio Fábio Dantas Lustosa. Resido em Alagoinhas, Bahia.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Qual a relação de V.Sa. com o Deputado Luiz Argôlo?

O SR. ANTÔNIO FÁBIO DANTAS LUSTOSA - Eu conheço o Deputado Luiz Argôlo do seu trabalho político propriamente dito, porque eu trabalho, na região, no meu ofício como advogado e trabalho inclusive na Comarca de Entre Rios, onde ele começou a história política dele, inclusive como Vereador. E desde então eu o tenho acompanhado, por diversas razões profissionais, e o encontrado sempre na luta da



política pela Bahia. Eu faço política também, gosto de política e o conheço dessa forma.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Já advogou para o Deputado ou para alguém da sua família?

O SR. ANTÔNIO FÁBIO DANTAS LUSTOSA - Não, não, não, não. Eu prestei serviço para o Município de Cardeal da Silva, onde o irmão dele foi Prefeito, em 2000.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Conhece os fatos que trouxeram o Deputado Luiz Argôlo a este Conselho, respondendo a duas representações? Conhece as acusações que pesam contra ele?

O SR. ANTÔNIO FÁBIO DANTAS LUSTOSA - Conheci através da mídia.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Conhece os personagens desse processo? Conhece o Sr. Alberto Youssef?

O SR. ANTÔNIO FÁBIO DANTAS LUSTOSA - Através da mídia. Nunca vi.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sabe dizer a este Conselho se o Sr. Luiz Argôlo é proprietário ou sócio de empresas no Estado da Bahia?

O SR. ANTÔNIO FÁBIO DANTAS LUSTOSA - Não, não, não, não.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Não sabe ou não pode dizer?

O SR. ANTÔNIO FÁBIO DANTAS LUSTOSA - Não, não tenho conhecimento disso.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Conhece ou tem informação de que o Deputado Luiz Argôlo é sócio ou proprietário de empresas fora do Estado da Bahia?

O SR. ANTÔNIO FÁBIO DANTAS LUSTOSA - Nunca tive conhecimento.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Já presenciou alguma reunião do Deputado Luiz Argôlo com algumas das personagens que estão sendo investigadas aqui, com alguns dos envolvidos neste caso, com o Sr. Alberto Youssef, ou com outros, ou com a Sra. Meire Poza?

O SR. ANTÔNIO FÁBIO DANTAS LUSTOSA - Não. As pessoas que o senhor perguntou anteriormente eu só conheci através da mídia. Nunca tive nenhum contato visual. Nunca presenciei nada nesse sentido.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O que V.Sa. pretende neste Conselho, não conhecendo os fatos relacionados ao Sr. Luiz Argôlo? Qual o objetivo da presença de V.Sa. no Conselho, desconhecendo os fatos?

O SR. ANTÔNIO FÁBIO DANTAS LUSTOSA - Bem, para corroborar e ratificar a conduta ilibada, a honestidade e o trabalho profissional, o zelo político que ele tem pela região, o qual, eu falei anteriormente a V.Exa., eu conheço por estar fazendo política também naquela região de Alagoinhas, onde ele é muito atuante como Deputado também. Então, é só para corroborar, no sentido de ratificar a honestidade e a lisura com que ele sempre agiu na sua conduta como homem público.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. tem alguma filiação partidária?

O SR. ANTÔNIO FÁBIO DANTAS LUSTOSA - Eu sou filiado ao partido PP.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - A convite de quem?

O SR. ANTÔNIO FÁBIO DANTAS LUSTOSA - A convite do Presidente Márcio.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, sem mais perguntas ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Tem a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só quero...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Desculpe-me, Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Primeiro é o advogado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o advogado, Dr. Aluisio.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Excelência, eu perguntaria à testemunha da correção do Deputado Luiz Argôlo. A testemunha já disse, nesse depoimento que deu, mas eu perguntaria ao Sr. Antônio Lustosa se o Deputado é bem-afamado na região, se tem fama de ser uma pessoa correta, direita, proba nos seus negócios; se a família é tida como uma família organizada, direita, correta, ou se é tida como uma família mal-afamada, de má fama na região.



O SR. ANTÔNIO FÁBIO DANTAS LUSTOSA - Bem, o hoje Deputado Luiz Argôlo começou muito jovem, ainda sem cargo eletivo, acompanhando seu pai nas ações sociais que ele sempre fez na região, por toda a Bahia. É uma pessoa que sempre abriu as portas para a comunidade, principalmente a carente. E, desde então, ele tomou esse gosto de seguir os passos do pai nesse sentido e entendeu que pelo meio público, como político, ele podia fazer muito mais ações. E tem feito. É uma família muito querida; goza de prestígio em todos os sentidos na Bahia.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Quero saber da testemunha se o Deputado Luiz Argôlo, a família é conhecida como uma família que tem uma certa situação financeira, na Bahia, independente.

O SR. ANTÔNIO FÁBIO DANTAS LUSTOSA - Bom, eu tenho 47 anos e, pelo menos, há 30, ou 30 e poucos anos, eu conheço já a família Argôlo como pessoas abastadas financeiramente.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Certo. Está bom. Estou satisfeito, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Há quanto tempo V.Sa. é filiado ao partido PP?

O SR. ANTÔNIO FÁBIO DANTAS LUSTOSA - Excelência, salvo engano, tem 3 anos. Salvo engano. Acho que está... Não tem muito tempo não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, V.Sa. não conheceu o Janene?

O SR. ANTÔNIO FÁBIO DANTAS LUSTOSA - Não, não, esse Márcio é o Presidente local lá de Alagoinhas, do PP. Eu não conheço praticamente ninguém do Diretório Estadual ou Nacional. Infelizmente, eu não tive o prazer de conhecer.

O SR. DEPUTADO IZALCI - satisfeito, Presidente.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, a minha intenção neste instante é exatamente corroborar o que foi dito agora pela testemunha.

Eu quero dar um testemunho quanto à família do Deputado Luiz Argôlo, do pai, da família toda, tida, realmente, na região como... Conheço há mais... Sou baiano; conheço a família há mais de 40 anos. Conheço o pai, conheço a mãe,



conheço todos e posso atestar exatamente o que foi dito pela testemunha quanto à família, quanto ao pai, à mãe do Deputado Luiz Argôlo. Ele sempre foi tido como um homem trabalhador, um homem que realmente, na região, é muito bem querido.

Portanto, eu quero dar o meu testemunho junto ao que foi dito pela testemunha neste instante.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Marcos Rogério.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, foi dito aqui pelas duas testemunhas quanto ao trabalho social feito pelo Deputado no Estado da Bahia, especialmente nas cidades que foram mencionadas aqui.

Pergunto a V.Sa.: que tipo de ação social, que tipo de trabalho ou atividade social o Deputado e a família dele desempenham nessas cidades?

O SR. ANTÔNIO FÁBIO DANTAS LUSTOSA - Bom, eu falei que o conheci ainda garoto — a idade dele é bem menor do que a minha —, acompanhando o pai nos trabalhos sociais na região, quais sejam: o pai dele sempre foi notabilizado por doar cadeira de rodas, óculos e tudo aquilo que faltava à população carente da região e que à época o poder público não tinha ações, como hoje foram implementadas pelo Governo federal, sobretudo, para poder suprir isso. Então, o Sr. Manoelito Argôlo fazia e o Luiz acompanhava. Enquanto Deputado, ele já entra nessa seara de que eu acabei de falar, que é a das ações do Governo Federal para conseguir recursos para serem investidos na população, sobretudo carente.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. tem conhecimento de que o Deputado deu sequência a essa ação da família em relação à questão das ações sociais, à entrega de cadeira de rodas e outras?

O SR. ANTÔNIO FÁBIO DANTAS LUSTOSA - Não, não; cadeira de rodas, não. Em ações que são implementadas pelo Governo Federal para... Minha Casa, Minha Vida, ele consegue, junto aqui ao Governo Federal, levar para aquelas cidades, para as pessoas que estão desabrigadas, e todo tipo de ações nesse porte. Sobre as cadeiras de rodas, era feito à época pelo pai dele. Ele o acompanhava e tomou gosto por essa iniciativa.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Mas V.Sa. está dizendo que esse trabalho foi feito no passado e que hoje não está sendo feito mais. É isso?



O SR. ANTÔNIO FÁBIO DANTAS LUSTOSA - O trabalho de entrega de cadeiras de rodas, não.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Não é feito mais?

O SR. ANTÔNIO FÁBIO DANTAS LUSTOSA - Não, não.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dr. Aluisio.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Excelência, se a testemunha, só para concluir, tem conhecimento da venda de um terreno do irmão do Deputado para o Sr. Youssef, por ouvir dizer, se já ouviu falar.

O SR. ANTÔNIO FÁBIO DANTAS LUSTOSA - É. O que se...

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Ouviu, por alto...

O SR. ANTÔNIO FÁBIO DANTAS LUSTOSA - Por ouvir dizer, lá em Alagoinhas, é que era um terreno pertencente ao irmão do Deputado e que foi ele que fez, que efetuou essa venda. É o que nós temos conhecimento.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Satisfeito, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Agradeço ao Sr. Antônio Fábio Dantas Lustosa e vamos passar para a terceira testemunha, o Sr. Ari Carlos Rocha Nascimento. Convido-o a tomar assento à Mesa.

Para atender às formalidades legais, será firmado pela testemunha termo de compromisso, de cujo teor faço a leitura: "*Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética...*" (Pausa.)

Aproveito para registrar a presença do ex-Prefeito de Uru, João Luiz Veronezi.

Termo de Compromisso

Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos aos Processos nºs 14/14 e 15/14, referentes às Representações nºs 26/14 e 27/14, respectivamente instaurados em desfavor do Deputado Luiz Argôlo (SD-BA).

Sala das reuniões, 2 de setembro de 2014.



Ari Carlos Rocha Nascimento.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Marcos Rogério.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, na mesma linha que fiz com as testemunhas anteriores, por se tratar de testemunhas da defesa de que este Relator e o Conselho não temos maiores informações, faço questionamentos para demonstrar a ligação do depoente com a pessoa do Representado.

Inicialmente, questiono V.Sa.: nome completo e a cidade onde mora.

O SR. ARI CARLOS ROCHA NASCIMENTO - Bom dia, Sr. Relator. Meu nome completo é Ari Carlos Rocha Nascimento e eu moro em Salvador, Bahia.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Qual é a relação que V.Sa. com o Deputado Luiz Argôlo?

O SR. ARI CARLOS ROCHA NASCIMENTO - Eu fui coordenador da campanha dele em 2010; fui funcionário dele entre 2010 e 2012; e hoje eu o conheço e sou amigo dele, mas não sou funcionário.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. tem conhecimento dos fatos que fizeram surgir as duas representações contra o Deputado junto a este Conselho?

O SR. ARI CARLOS ROCHA NASCIMENTO - Conhecimento dos fatos que saíram na imprensa, os fatos gerais que saíram na imprensa e, a minha convicção pessoal do que efetivamente aconteceu, pelo que eu conversei com ele.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sabe da relação do Deputado Luiz Argôlo com o Sr. Alberto Youssef?

O SR. ARI CARLOS ROCHA NASCIMENTO - Sei. A relação de amizade que ele teve com o Deputado ele já me falou que já teve realmente.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Dessa relação surgiram negócios, favores? O que essa relação trouxe para o Deputado Luiz Argôlo?

O SR. ARI CARLOS ROCHA NASCIMENTO - De negócios, não tenho conhecimento e creio que não, porque o Deputado, desde que decidiu, com a sua família, entrar na política, ele, que era um empresário bem-sucedido, não tem negócios, que eu tenha conhecimento.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sabes me dizer se o Sr. Deputado Luiz Argôlo é possuidor de empresas no Estado da Bahia? Foi sócio de alguma empresa?

O SR. ARI CARLOS ROCHA NASCIMENTO - Não, ele foi. Antes de ser Deputado Federal, sei que foi, sim, de três ou quatro empresas. Mas hoje não tenho conhecimento, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Quais as empresas?

O SR. ARI CARLOS ROCHA NASCIMENTO - Ah, era... O que eu me lembro bem, eram empresas de moto e em outros ramos. Mas, assim, a minha relação com ele sempre foi um relação no campo político; não comercial. Nós temos essa... Mantemos essa distância pessoal da vida particular dele e, sim, na relação política do projeto de construção do projeto político dele.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. sabe dizer a este Conselho se o Deputado Luiz Argôlo é proprietário ou sócio de alguma empresa fora do Estado da Bahia?

O SR. ARI CARLOS ROCHA NASCIMENTO - Não; não sei. Nunca ouvi falar.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. acompanhou ou teve conhecimento de algum encontro do Parlamentar com o Sr. Alberto Youssef no Estado da Bahia para tratar de negócios?

O SR. ARI CARLOS ROCHA NASCIMENTO - Não; não tenho conhecimento. Quando eu soube da amizade dele com o Sr. Alberto Youssef, ele me disse: *“Conheci um investidor que tem negócios na Bahia e que quer investir aqui. E quem quiser investir na Bahia, em Alagoinhas, que é a cidade que mais recebe investimentos na Bahia hoje, eu vou fazer amizade. Ele é um grande empresário que quer investir na Bahia”*. A partir daí, como eu cuidava de outras coisas, não estava com ele, não sou funcionário dele, em 2012 não tive mais nenhuma relação. Nunca perguntei a ele se foi. Mas, como sou uma pessoa bem informada, que transito, não sei de notícias de que o Sr. Alberto tivesse ido à Bahia.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Com essa amizade e como consequência dela e dessa aproximação, que tipos de negócios ou investimentos aconteceram no Estado da Bahia?



O SR. ARI CARLOS ROCHA NASCIMENTO - Como se falava de um amigo meu, eu me interessei em pesquisar e ver. Ele tem um hotel, o Hotel Web, que fica num dos lugares mais movimentados de Salvador, junto ao Shopping Iguatemi; tem um hotel com 160 apartamentos em Porto Seguro; e também tomei conhecimento de que andou fazendo investimento em terrenos. É o que eu sei. Vi na imprensa.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, eu, por hora, não farei mais questionamentos. Se me ocorrer, farei após os demais Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dr. Aluisio.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - O senhor tem conhecimento de que o irmão do Deputado foi Prefeito, tem uma carreira política?

O SR. ARI CARLOS ROCHA NASCIMENTO - Olha só, eu conheço uma família Argôlo. Desde os 5 anos de idade eu ouvia falar em Manoelito Argôlo e, por consequência, em Manoelito Júnior. Eu trabalho com política e sei que Júnior, irmão dele, foi Prefeito de Cardeal da Silva em 2000. Acompanhei todo esse processo. E é de lá que eu os conheço, inclusive, porque ele foi Diretor da União dos Prefeitos da Bahia e eu fiz as últimas campanhas dos Presidentes da UPB na Bahia, que é a União dos Prefeitos da Bahia.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - O senhor tem a informação de que ele disputou a reeleição e perdeu?

O SR. ARI CARLOS ROCHA NASCIMENTO - Perdeu a reeleição para o atual Prefeito lá em... Não, a reeleição o irmão dele ganhou na época.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Sei.

O SR. ARI CARLOS ROCHA NASCIMENTO - Agora, este ano, depois que ele foi ser candidato a Prefeito de Entre Rios, outra cidade, ele perdeu para o atual Prefeito, Fernando Madeirol.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Ah, está certo. E aí, nesse momento, o senhor soube que ele estava em dificuldade financeira, colocou alguns imóveis para vender e tudo?

O SR. ARI CARLOS ROCHA NASCIMENTO - No burburinho político, é o que se diz, não é? É o que se diz.



O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - E o senhor ouviu falar, pelo menos de ouvir dizer, que teria havido a venda de um terreno para o Sr. Youssef, intermediada pelo Deputado Argôlo?

O SR. ARI CARLOS ROCHA NASCIMENTO - Ouvi dizer, sim. E isso eu liguei para Junior Argôlo, irmão dele, e ele me disse que vendeu um terreno em Camaçari para o Alberto.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Estou satisfeito, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Abro mão do questionamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Alguém quer falar? (*Pausa.*)
Deputado Marcos Rogério.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, apenas para consignar. Como foi mencionada a venda desse terreno e ela é recorrente junto a este Conselho, indago a V.Sa. em que momento se deu a venda desse terreno.

O SR. ARI CARLOS ROCHA NASCIMENTO - Olha, pelo que eu conversei com o Júnior... Como eu disse, a minha relação política é muito boa, não só com ele, mas com vários Deputados da Bahia que estão aqui, porque eu tenho empresa de pesquisa e tenho relação profissional com vários, inclusive, que estão aqui no Conselho. Eu milito nessa questão política. O que eu sei é que foi após as eleições de 2012.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sabe o valor?

O SR. ARI CARLOS ROCHA NASCIMENTO - Eu perguntei e ele me disse que foi mais de 350 mil reais. É o que Júnior me disse. Não sei se foi 360, 370, mas ele me disse que foi mais de 350 mil reais.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Mas isso é o que o senhor ouviu dizer?

O SR. ARI CARLOS ROCHA NASCIMENTO - Não, ele é que me disse, o Junior Argôlo, irmão do Deputado Luiz Argôlo, que ele vendeu esse terreno. Eu perguntei; eu liguei para ele para perguntar.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Em que momento ele deu essa informação de que teria vendido esse terreno?



O SR. ARI CARLOS ROCHA NASCIMENTO - Quando eu fiquei sabendo que havia essa venda do terreno, e, como disse, eu o conheço, eu liguei e perguntei se era verdade, e ele me disse que era.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k., mas em que momento? Em que ano? Foi neste ano? Foi no ano passado?

O SR. ARI CARLOS ROCHA NASCIMENTO - Neste ano. Que eu perguntei, este ano, mas a venda do terreno que eu fui informado é que foi após as eleições de 2012.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Este ano, em que momento?

O SR. ARI CARLOS ROCHA NASCIMENTO - Olha, Deputado, digamos 2, 3 meses atrás, talvez um pouco mais, eu liguei para ele perguntando. Agora, o burburinho de que tinha vendido, de que ia fazer negócios, no meio político já se comenta há mais tempo de que ele vendeu esse terreno.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k. Sem mais perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dr. Aluisio.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Sem perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Agradeço ao Sr. Ari Carlos Rocha Nascimento e passamos à quarta testemunha, Sr. Hermano de Oliveira Silva. (Pausa.)

Para atender às formalidades legais, será firmado pela testemunha termo de compromisso de cujo teor faço a leitura agora:

Nos termos do art. 12, inciso 1º, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos aos Processos nºs. 14/14 e 15/14, referentes às Representações nºs. 26/14 e 27/14 respectivamente, instaurados em desfavor do Deputado Luiz Argôlo (SD-BA).

Sala das Reuniões, 2 de setembro de 2014.

Hermano de Oliveira Silva.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Marcos Rogério.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, inicialmente indago do depoente o nome completo e a cidade onde reside.

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Hermano de Oliveira Silva, Município de Cardeal da Silva, Bahia.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Qual a relação de V.Sa. com o Deputado Luiz Argôlo?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Sr. Deputado, o seu nome, por favor.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Marcos Rogério.

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Deputado, eu conheci o Deputado há alguns anos: fomos contemporâneos de escola; fui colega de sala do irmão dele por alguns anos; e, nesta trajetória política dele, a gente vinha sempre acompanhando pela mídia. Voto nele por saber do papel que ele desempenha na Bahia, na região nossa, a região de Alagoinhas, a região de Entre Rios, Esplanada, Cardeal da Silva. É o Deputado que mais atua naquela região.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. já foi funcionário do gabinete ou do escritório de representação do Deputado? Já teve uma relação, um vínculo com o Parlamentar nesse sentido?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. sabe informar se o Deputado possui empresa ou se é sócio de empresa no Estado da Bahia?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Deputado, eu vejo falar muito, conheço a estrutura da Fazenda Rancho Alegre, do pai dele. Se lá é uma empresa, especificamente, não sei lhe responder. Eu sei que eles têm lá atividade pecuária. Se lá é empresa ou se é pessoa física, eu não sei lhe informar com precisão.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sabe dizer se ele tem ou se é sócio de empresa fora do Estado da Bahia?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Não sei lhe informar.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Conhece os fatos e as acusações que foram feitas contra o Deputado Luiz Argôlo? Conhece alguns dos personagens deste processo?



O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Deputado, quem na Bahia não está sabendo deste episódio, não é? A imprensa toda está alarmando aí, está noticiando, e a gente acompanha via noticiário regional e noticiário nacional.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Mas V.Sa. conhece como cidadão que tomou conhecimento pela mídia, ou V.Sa. conhece os fatos?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Pela mídia.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. não conhece os fatos?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Não. Especificamente, nunca vi autos de processo. Não tive acesso a nada disso.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Conhece o Sr. Alberto Youssef?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Por jornal.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Conhece a Sra. Meire Poza?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - No jornal, também, que eu vi pela televisão.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa., então, não conhece os fatos e as pessoas envolvidas?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Essas duas pessoas as quais você mencionou vi por *Jornal Nacional* e nas mídias sociais. Nunca tive contato nenhum com elas. Não sei quem são.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - No que V.Sa. acha que pode contribuir com os trabalhos do Conselho de Ética, vindo depor sem conhecer os fatos?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Doutor, eu estou vindo aqui, como iniciei minha fala, porque eu conheci, conheço a índole do Deputado. Conheço a índole da família. Como estudante, na época lá, eu via os gestos que ele praticava na escola. E não acredito que ele tenha cometido qualquer erro no sentido de estar prejudicando qualquer tipo de pessoa ou a sociedade.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Tem conhecimento das atividades desempenhadas pelo Deputado no Estado? Ele é um Deputado que trabalha com ações sociais, com assistência social? É um Deputado que trabalha mais na destinação de emendas? Como é o comportamento político do Deputado no Estado da Bahia?



O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Deputado, agora mesmo, no mês de junho — no mês de junho (*ininteligível*) —, tinha um projeto de autoria dele, o Transbaião, que eu via, neste projeto, que é um projeto que leva a música, resgata a cultura, e via a parte da ação social nesse projeto. E o pai dele, Manoelito Argôlo, quem é da região sabe que sempre doou cadeiras de rodas, sempre fez doação de rádios. Isso aí eu era menino, e todo mundo naquela região pode comprovar isso.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. apenas tem relação de amizade com o Deputado Luiz Argôlo e com a família dele ou já teve relação de negócios com a família?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Não, sou amigo do irmão dele. Com o Deputado, não tenho uma relação muito próxima. Mas, do irmão dele, fui colega muitos anos. Sou amigo do irmão dele, Manoelito Argôlo Júnior.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O que V.Sa. já fez com o irmão do Deputado?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Não entendi.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O que V.Sa. já fez com o irmão do Deputado?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Com o irmão?

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - É. Já teve negócios, já teve trabalho?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Já trabalhei com ele, no período de 2001 até 2008.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Foi processado?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Respondo a um processo com ele.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Então, a relação não é só uma relação de amizade; é uma relação de negócios também?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Não, uma relação de trabalho.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - De trabalho. Que tipo de trabalho?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Eu fui Secretário na gestão do Manoelito Júnior.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Na gestão dele como Prefeito?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Dele como Prefeito.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Qual era a sua função?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Eu era, na época, Chefe de Gabinete e fui Secretário de... Serviços Públicos.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k. Com relação aos fatos, eu reitero: V.Sa. desconhece a relação do Deputado com o Sr. Alberto Youssef, com a Sra. Meire; desconhece as acusações que são feitas com relação a ele? Conhece pela mídia?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Justamente. Eu reafirmo: nunca vi, não sei dessas pessoas — Alberto, não é? Roberto, Alberto. E essa Meire... Eu vi essa Meire pela televisão. E esse Alberto vejo também nos noticiários.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. tem o conhecimento de que o Deputado tenha comercializado algum bem, algum patrimônio no Estado da Bahia envolvendo os personagens desta investigação?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Especificamente, assim... Eu sei da história de um terreno que foi vendido. Agora, se você me perguntar detalhes deste negócio, eu não sei lhe informar.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O Deputado faz ação social no Estado da Bahia?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Como estou dizendo, a família Argôlo... Desde quando eu me entendo, comecei a crescer, sempre vi a doação de cadeira de rodas, festas abertas ao público na fazenda deles. E são esses tipos de ações que...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Já fez ou continua fazendo? É uma ação da família?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Eu comecei a namorar naquelas festas. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Eu estou perguntado com relação à doação de bens, como é o caso das cadeiras de rodas. Isso ainda é uma praxe da família, e não só do Parlamentar?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - O pai dele sempre noticia que quem tem deficiência física que os procure. Eles sempre dão a cadeira de rodas ao pessoal mais fraco.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k. Sr. Presidente, sem mais questionamentos, por hora, ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Dr. Aluisio.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Excelência, se a testemunha tem conhecimento de que, desde 1970, o pai do Deputado Luiz Argôlo, Manoelito Argôlo, faz este trabalho social de às vezes dar uma cadeira de rodas a uma pessoa carente, mesmo sem ter nenhum envolvimento com política.

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Sim, Dr. Aluisio. Eu sou de 1974 e sempre ouvi dizer que o Sr. Manoelito Argôlo fazia doações de cadeira de rodas, rádio, máquina de costura àquela população carente ali da região de Entre Rios.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Quando foi... Começou quando isso, mais ou menos, que V.Exa. tem notícia?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Doutor, especificamente quando começou, eu não sei. Eu sei que, quando eu comecei a entender das coisas, ele já doava; eu menino, ele já doava essas cadeira de rodas.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Tem conhecimento de que começou em 70? V.Exa. tem ideia de quando foi que o Dr. Manoelito Argôlo entrou na política?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Rapaz, salvo engano, na década de 90.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Vinte anos depois, então, de começar todo esse trabalho social.

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Antes ele já fazia essas festas...

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Vinte anos antes.

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - É. Inclusive, eu fui a uma festa em que Luiz Gonzaga tocou lá, que teve aquela distribuição... Faziam distribuição de cadeiras de rodas lá.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Lá na fazenda, sem ele ser político, nem nada, nem entrar na política, Luiz ainda era menino, sem ninguém entrar na política, não tinha nada a ver com política?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Não. Nós éramos todos crianças lá e víamos a situação.



O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Certo. Nessa época, ele não era político, o pai do Deputado?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Não, não, não, na época de 80, não.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - E já distribuía cadeira de rodas, ajudava todo o mundo?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Já, já, já.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - E por que ele fazia essa ação, o senhor sabe?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Olha, o comentário na cidade é que a mãe dele tinha uma deficiência física e por conta disso ele passou a fazer esse gesto de gratidão a...

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Vendo o sofrimento da mãe, se apiedava do sofrimento dos outros e... Quer dizer, 20 anos antes de entrar na política?

O SR. HERMANO DE OLIVEIRA SILVA - Essa é a história que se comenta na cidade.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Está bom, Excelência. Satisfeito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O Deputado Izalci está inscrito. Eu passo a palavra...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O Deputado Izalci quer falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Ele está inscrito aqui.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então depois do Deputado Izalci...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu abro mão da minha fala, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, eu ouvi atentamente as perguntas que foram feitas. Talvez aqui nessa sala seja eu a pessoa que tenha mais conhecimento, a não ser a família, das perguntas que foram feitas e das respostas que foram dadas. Posso dar um testemunho exatamente? Eu ainda



era menino — já fui menino —, e já me dava conta de que o pai do Deputado Luiz Argôlo, Manoelito Argôlo, fazia na sua fazenda no Rancho Alegre sorteios, distribuía brindes, fazia sorteios. Eu era garoto ainda quando frequentava, e o Manoelito, naquela época, fazia sorteios de mil máquinas de costura, mil rádios, dava aquilo. Todo o mundo conhecia e todo o mundo conhece a família Argôlo por isso.

E ele era apaixonado pelas músicas de Luiz Gonzaga e era amigo pessoal. E nas festas que fazia na sua fazenda, Luiz Gonzaga sempre estava presente. Ele realmente fez muita coisa, era amigo pessoal do Luiz Gonzaga, fazia as festas, levava Luiz Gonzaga lá para a região, porque a região toda gostava de Luiz Gonzaga. As festas eram feitas assim. E nessas festas ele não se metia em política. Posso até dizer que talvez em 78, se não me engano... Não, 88, mais ou menos, eu fui uma das pessoas que procurou o Manoelito Argôlo para que ele fosse candidato a Prefeito de Entre Rios. E ele levou muito tempo para aceitar esse convite. Na época, Antonio Carlos Magalhães era Ministro das Comunicações, e eu levei o Manoelito algumas vezes para conversar com Antonio Carlos, para convencê-lo a ser candidato a Prefeito. Ele não foi e, numa época depois, ele foi candidato a Prefeito e ganhou as eleições.

Mas é público e notório, em toda a região de Entre Rios e Alagoinhas, o que o Manoelito e a família Argôlo faz na região. Essas coisas todas que foram ditas aqui pela testemunha são verdadeiras, não há nada que foi dito a mais, nem a menos. Que o Manoelito Argôlo é uma pessoa bem de vida, todo o mundo sabe, a região inteira sabe; tinha fazenda em Muquém de São Francisco, se não me engano, ali em São Francisco. Ele sempre foi tido como um homem abastado, e a família na região é conhecida por isso. Todo o mundo conhece o Manoelito pelo que ele fez, pela ação que fazia, pelo que dava. Ele sempre gostou de fazer grandes festas e de sortear essas coisas e dar cadeira de rodas, máquina de costura, ferro elétrico, tudo isso 20 anos antes de entrar na política, sem dúvida nenhuma. E, se entrou na política num determinado momento, quando foi candidato a Prefeito de Entre Rios e ganhou, foi exatamente forçado pelos amigos, na época.

Então este é o meu testemunho, como cidadão que eu sou da região. Moro em Salvador, sou Deputado, fui votado também na região, e quero dar o meu testemunho quanto à família Argôlo, a Manoelito Argôlo, que realmente é tudo isso



que foi dito aqui. Não se tem nada a acrescentar contra a família Argôlo nesse sentido.

Portanto, este é o meu testemunho, Deputado Marcos Rogério. V.Exa. sabe da minha conduta neste Conselho de Ética. Não podia me furtar a dar este depoimento, neste instante, aqui, como baiano, como cidadão e como Deputado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Marcos Rogério.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, sem mais questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dr. Aluisio.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Excelência, eu queria dizer que a gente, como advogado, vai enfrentando vários casos, e às vezes o coração vai ficando um pouco embrutecido. A gente vai enfrentando várias situações. Mas, realmente, nessa situação de hoje, você vê, no calor de uma eleição, que o Deputado José Carlos Araújo... Eu acho que disputa lá na Bahia a reeleição, não é, Deputado? *(Pausa.)* E dá um depoimento desse, verdadeiro, quanto a uma pessoa que, em tese, também está disputando uma reeleição na Bahia. Mas verdadeiro! Um depoimento verdadeiro! Você vê aqui que o Deputado vem depor. Vem a família, vem seu pai, vem seu irmão. Realmente, a gente fica, Dr. Ari, tocado, porque, graças a Deus, a verdade está aparecendo. Deputado Ricardo Izar, eu me comprometi desde o começo, disse que o Deputado viria. O Deputado veio. Com todas as dores que isso carrega, com todas as dores de trazer o Dr. Manoelito aqui, o irmão dele, e tudo, mas, se Deus quiser, nós vamos sair daqui hoje com essa situação toda esclarecida, separar o joio do trigo, mostrar que essa atuação social, como o Deputado José Carlos Araújo disse, do Sr. Manoelito é uma atuação que vem de berço, porque ele começou, o S. Manoelito, muito cedo a trabalhar na vida, e prosperou na vida. Mas, em certo momento na vida, me contou mesmo que a mãe tinha dificuldade para adquirir uma cadeira de roda. E dali em diante ele disse: *“Se Deus me der condição, eu... mais nunca uma pessoa que me pedir uma cadeira de roda eu deixo de dar, porque vi essa dificuldade na pele”*. Então, eu fico feliz que o Deputado José Carlos Araújo traga essa verdade da sua própria boca, ele que foi duro aqui durante todo o processo, mas que, neste momento, dá esse testemunho



em favor da verdade — e as testemunhas que se dispuseram a vir —, com toda a dificuldade, porque ninguém, Sr. Presidente Ricardo Izar, gosta de comparecer aqui, a um Conselho de Ética, mesmo para ser testemunha, porque o sujeito acha que está logo envolvido no processo, e para nós, da Defesa, é uma dificuldade. Então, fico bastante até emocionado, o que não é o normal de um advogado. Mas me emociona ver toda essa cena, saber que a mãe do Deputado e a esposa estão lá rezando para que tudo dê certo. Então, eu realmente fico feliz. Se Deus quiser, a gente sai daqui hoje com todos esses fatos esclarecidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu agradeço ao Sr. Hermano de Oliveira Silva. *(Pausa.)*

Dr. Aluisio, o Deputado Luiz Argôlo vai querer usar a palavra agora, ou quer que a gente chame uma extraordinária? Como o senhor quer fazer?

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Vamos agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Já vamos agora?

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Já pedi para descerem os extratos bancários do Sr. Vanilton. Já pedi para descerem, então, lá com o Sr. Wanderson. Os extratos bancários do Deputado estão aqui, e o Deputado está aqui para esclarecer e encerrar, se Deus quiser, os esclarecimentos que são possíveis à Defesa prestar ao Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O senhor quer aguardar chegarem, ou quer já vir para cá, Deputado? *(Pausa.)* Então, pode vir. Por favor, venha para a mesa.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Excelência, eu não faço questão de ficar na mesa, mas agora é o depoimento do representado. Eu precisava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Por favor. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Luiz Argôlo. Inicialmente, passo a palavra ao Deputado, para suas manifestações acerca das representações em seu desfavor.

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa nacional presente, eu gostaria de fazer minhas considerações depois que pudesse o próprio Relator iniciar todo o questionamento e tal — as perguntas dos



colegas Deputados. Posteriormente às perguntas, aí eu gostaria de fazer minha explanação. Se pudesse fazer essa inversão, se for possível...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Passo a palavra ao Relator, para inquirir o representado.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Excelência, deixe-me só passar para V.Exa., só para começar, para o Relator poder questionar melhor, os extratos do Sr. Vanilton. V.Exa. vai perceber que não há esse depósito de 120 mil na conta do Sr. Vanilton, no Banco do Brasil, na Caixa. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ao Deputado Luiz Argôlo, representado junto a este Conselho, nossas saudações.

É importante para o Conselho que o representado aqui compareça para prestar os esclarecimentos pertinentes aos fatos arrolados. E aqui fica também um depoimento pessoal de que esse é um gesto que deve ser considerado pelo Conselho, porque o contrário disso é, no mínimo, uma forma desrespeitosa de tratar o Conselho de Ética. Em outras oportunidades, Parlamentares que aqui foram representados criaram todos os empecilhos para não vir ao Conselho fazer os esclarecimentos necessários. Então, a presença do Deputado aqui é importante, porque os fatos estão postos, e as manifestações das testemunhas que aqui compareceram, também. Esses fatos precisam ser enfrentados. E esta é uma oportunidade não só para o Relator fazer os seus questionamentos, mas também os Parlamentares que aqui estão, bem como o advogado de Defesa, e tentarmos colocar luz aos fatos. Acho que esse é o objetivo do Conselho, de forma desarmada, de forma desapegada a conteúdo de mérito, mas em busca sempre da verdade.

Nesse sentido, cumprimento o ilustre Deputado Luiz Argôlo pela disposição de comparecer a este Conselho, antecipando sua vinda, que estava prevista para amanhã. Havia um convite para a data de amanhã, mas o momento político é um momento atípico, e muitos dos Deputados talvez amanhã não estejam aqui no momento em que isso poderia acontecer. Portanto, o Relator não fez objeção a antecipar a oitiva.

Início, Sr. Presidente, questionando o representado.



V.Exa. tem empresas, ou é sócio de alguma empresa?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Tenho, sim, empresas, e sou sócio de empresas, sim.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - É sócio de que empresas? Quais são e onde estão?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Eu sou sócio de três empresas: uma sem atividade há uns 15 anos de fundada, e tenho mais duas empresas com... na Bahia. Sou sócio com minha mãe dessas empresas.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Qual é o ramo dessas empresas?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - A atividade dela é atividade... Eu tinha uma concessionária de moto, uma revenda de carro e de moto, e o objeto da empresa era esse. Uma de automóveis e outra de moto.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Certo. Tem negócios fora do Estado da Bahia?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Não.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Nem sociedade?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Não. Nem sociedade alguma.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Nem atividade econômica fora?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Atividade econômica fora do Estado da Bahia, não.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Qual a relação que V.Exa. tinha com as Lideranças do PP, seu antigo partido?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Eu posso dizer que sou um dos Deputados Federais do PP da Bahia mais antigos de filiação. Eu entrei no partido no ano de 2000 — 99, 2000 —, através do antigo Presidente do partido então, na época, o Deputado colega nosso, Deputado Marcos Medrado. Ele era o Presidente do PPB — PPB, na época era PPB. E fui eleito Estadual duas vezes por esse partido e eleito Federal. Durante o meu primeiro ou segundo mandato estadual, vieram outros Deputados para o partido — esses Deputados vieram de outro partido — e que assumiram a presidência da Bahia. Quando eu fui para o PP, o Presidente era o Deputado Marcos Medrado.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Certo. E V.Exa., posteriormente a esse histórico, migrou para o Solidariedade. Por que a mudança? Qual o cenário dessa mudança?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Veja só: primeiramente que eu... a gente tem um pouco da história da política da Bahia. Ela vivenciou, ao longo de muito tempo, um domínio muito forte dos partidos. Que domínio foi esse? Nós vivenciamos uma política de mais de 20 anos na Bahia, onde todo o mundo que era Governador, Senador, Vice-Governador e Presidente da Assembleia era de um partido único. Então existia esse domínio. E, com a distensão que ocorreu nos últimos 6 anos, houve a oportunidade de outros partidos participarem, é claro, do cenário político. Hoje, é grande exemplo que nós temos três Senadores na Bahia, cada um de um partido político; o Governador de um partido; o Vice de outro partido. E eu represento muito, sobretudo, a juventude no meu Estado. Eu fui eleito o Vereador mais jovem do Brasil, o Deputado Estadual mais jovem do Brasil. Estou hoje não sendo o Deputado mais jovem do Brasil, Federal, mas sou ainda o mais jovem do meu Estado da Bahia. E existia um anseio, um desejo da população, principalmente desses que entraram na vida pública através de mim, que são os Vereadores, lideranças, Prefeitos jovens, que eu tivesse um partido que tivesse essa independência, que não ficasse amarrado ou atrelado a padrinho nenhum político. Então eu busquei, nas interlocuções que tinha através de ir para outro partido, ou fundar outro partido, absolutamente com o interesse de representar bem esses Municípios que tinham desejo de ter a sua força política local, os Municípios. E aí eu saí do Partido Progressista e ajudei a fundar o partido Solidariedade no Estado da Bahia.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Nas mensagens interceptadas pela Polícia Federal, há registros, diversos registros, de trocas de mensagens entre LA e Alberto Youssef. V.Exa. pode dizer ao Conselho, identificar para o Conselho quem é LA?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Eu posso aqui afirmar, afirmar, que, no primeiro momento onde as pessoas questionavam quem era LA, é muito fácil a gente fazer uma interpretação. Se eu for aqui dar o meu número de celular para alguns dos senhores e senhoras, vocês podem anotar e fazer o registro no celular



como “Deputado Luiz Argôlo”, como “Deputado da Bahia”, como “Deputado LA”, como “LA”, como “Argôlo”, como “o mais jovem da Bahia”. E esse entendimento, no primeiro momento ao qual se questionaram e foi noticiado quem seria o LA, eu fui uma das pessoas até mesmo de me colocar em questão: *“Quem seria LA? Era o Luís Antônio? É Luís Augusto? Por que seria Luiz Argôlo?”* Depois, ao longo do conteúdo das conversas que foram já noticiadas, eu, claro, identifiquei que assim seria, sim, o nosso nome, até porque o registro que tem das falas que foram interceptadas, ou se foram interceptadas realmente, estava no aparelho do Sr. Alberto Youssef. E eu não salvei o meu número no celular dele, e não sei como é que ele salvou meu nome lá. Então, esse registro não estava no meu aparelho; estava no registro do aparelho dele, e ele colocou como LA. Eu nem sabia que tinha esse codinome, apesar de ter outros codinomes que já falei aqui, né?

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Exa. tem apartamento funcional em Brasília?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Tenho, sim.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Qual é o endereço?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Na 311... 302 Norte, 302 Norte, Bloco H, Apartamento 603.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Em uma das mensagens interceptadas pela Polícia Federal, há o seguinte diálogo: *“Amigo, e aí?”*, diz LA. Primo: *“Amigo, passa o endereço do apartamento”*. LA: *“302 N, Bloco H, 603”*. Primo: *“O.k. Arrume o jantar. Beijo”*. LA: *“Tá foda”*. Primo: *“Eu sei. Coloca foda nisso”*. Primo: *“Já chegou. Desembarcando. A caminho”*. LA: *“O.k. Não me deixe em situação difícil. Estão todos aguardando. Falo o quê?”* *“Pela manhã resolve”*.

V.Exa. poderia explicar o motivo dessa visita de Alberto Youssef e o que seria tratado no apartamento?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Primeiramente é o seguinte — falo ao Relator —: existe o fato. Agora, existem as versões que se querem dar às questões que estão sendo colocadas. Primeiramente é o seguinte: ele não esteve no nosso apartamento. Dentro do contexto que o próprio advogado, o Aluisio, sempre aqui insistiu para que tivesse conhecimento dos autos do processo da investigação... Porque o que ocorreu foram vazamentos seletivos. Houve conversas que foram de



mil mensagens trocadas, e selecionaram as que eram, na verdade, de interesse para dar notícia, dar foco a Luiz Argôlo. E, dentro desse contexto, se colocam as mensagens onde se passa o endereço, onde se prepara o jantar. Mas, dentro do conhecimento que tive de algumas mensagens, logo após, ele fala: *“Não poderei ir mais. Estarei indo no outro dia”*. Seria uma quarta ou uma quinta. Depois ele confirma: *“Realmente perdi o voo. No outro dia estarei aí”*. E aí foram sucessivas tentativas de encontro de falas de cobrança em relação ao acontecido e que levam, sem dúvida alguma, até o próprio resumo do que tinha sido investigado, a que existia uma dificuldade de pagamento do Sr. Alberto Youssef, no que tratava ao negócio privado que eu fiz com ele.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Em outra troca de mensagem interceptada pela Polícia Federal, em 14 de outubro de 2013, LA informa a Alberto Youssef que pousou em Guarulhos às 14h23min e está indo para o seu escritório.

No sistema de informações da Câmara, por sua vez, há registro de compras de passagens de Salvador a Guarulhos pelo gabinete de V.Exa., no mesmo dia e horário.

V.Exa. poderia explicar o motivo de sua ida ao Estado de São Paulo?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Eu posso aqui confirmar e afirmar a todos os senhores o seguinte: a minha ida a São Paulo não foi única e exclusivamente para tratar com Alberto Youssef assuntos de interesse privado. Eu estive, ao longo de 2012, iniciando um processo de diálogo para fundação do Partido Solidariedade, com Paulinho da Força. No ano passado, nós tivemos vários encontros, não só aqui em Brasília, mas também em São Paulo, porque a gente estava tratando da fundação do partido. É claro que, numa ida a São Paulo, pela distância e pela dificuldade que se teria, a gente agenda outros compromissos. E numas dessas passagens que eu tive por São Paulo, em algumas delas, eu tive encontros no escritório do Alberto Youssef.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Exa. mencionou negócio privado com o Sr. Alberto Youssef. Quando ocorreu e que negócio foi feito?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Eu fiquei muito, assim, ainda... Conversando até com o próprio advogado, existe uma estratégia que não é do meu advogado, mas uma estratégia que, claro, as pessoas colocam... Eu gostaria de



deixar aqui o registro de que várias seriam as oportunidades de procrastinar esse processo. Eu tive... fui uma das pessoas que pedi para ser citado numa segunda representação. Eu coloquei o advogado à disposição. O processo poderia se concluir no dia 24 de setembro e foi alinhado com o advogado que eu poderia ser ouvido até dia 10 e estaria marcado para amanhã. Eu estou aqui. Nunca me esquivei, de forma alguma, ou me curvei, ou busquei manobras para não estar presente. Eu só acho que eu deveria, na verdade, buscar o colegiado certo, no momento certo, para poder falar sobre o assunto. Mas aqui está a minha família: o meu pai, o meu irmão, e eu gostaria aqui, até iniciando, de agradecer primeiramente a Deus, à minha família e a todos os meus amigos que têm me dado muita força para continuar essa luta, essa batalha, deixando bem claro que essa relação se inicia por uma questão muito familiar e muito pessoal que eu não gostaria de deixar aqui, na verdade, muito, digo assim, exposto. O meu irmão foi candidato a prefeito, em 2012. E, candidato a prefeito, no período da campanha eleitoral... Ele já tinha sofrido um problema de saúde durante uma eleição minha — sofreu um acidente e desenvolveu um problema de saúde. Ele se recuperou desse problema de saúde e se sentiu apto a voltar à política. Eu dizia sempre a ele que eu não seria o motivador, mas seria um apoiador se ele voltasse à vida pública. Ele foi prefeito também muito jovem, com 21 anos de idade, saiu com 29 ou 30 anos e resolveu ser candidato na cidade onde eu iniciei meus primeiros passos na política, que foi em Entre Rios, como vereador. Ele registrou a candidatura para prefeito e, durante o período da campanha, ele se separou da esposa e passou por um processo emocional muito forte, muito grave. Enfim, isso o deixou abalado emocionalmente e, sem dúvida, foi um dos fatores que criou uma dificuldade na sua eleição. Passada essa situação, logo após a eleição — nós somos muito unidos, nossa família, meus irmãos, meu pai, toda a família é muito unida —, nós dividimos algumas questões pessoais, financeiras. Existe essa relação, graças a Deus, muito forte de meu pai nos ajudar, e a gente ajuda o irmão em uma coisa ou outra. E, passada a eleição — em algumas contas pessoais eu já vinha ajudando o meu irmão, meu pai também vinha ajudando —, ele resolveu vender esse imóvel, um terreno na cidade de Camaçari, e eu busquei uma pessoa que pudesse estar interessada em comprar esse terreno. E por que busquei o Alberto Youssef — antes que alguém até me questione ou me



pergunte? O próprio Alberto eu conheci como um empresário e como um investidor no Brasil, mas principalmente no meu Estado, a Bahia. Ele é proprietário de um grande hotel na cidade de Salvador, de outro grande hotel na cidade de Porto Seguro e tem imóveis e terrenos em várias cidades, como Lauro de Freitas. E, quando ele falava que tinha interesse de investir no Nordeste e, principalmente, no Estado da Bahia, porque nós temos um grande potencial agrícola no interior e na região oeste, mais um grande potencial turístico no nosso Estado, eu sou um dos grandes motivadores disso. E não só com ele, mas com qualquer outro empresário que quiser investir no meu Estado. Eu estarei à disposição e vou atrás de qualquer um que seja, porque essa sempre foi a minha bandeira. Eu defendi esse interesse de criar uma aproximação para que houvesse mais investimentos no nosso Estado. E eu fiz a tratativa da venda desse imóvel para o Alberto Youssef.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Certo. Qual o valor do terreno?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - O valor do terreno ficou em torno de 375 mil.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Em que momento fez a venda?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Foi iniciado logo após a eleição, em 2012, em outubro ou novembro, o processo de levantamento de documentos, de escritura e tudo o mais. Ele estava fazendo uma mudança contratual na empresa dele, porque ele tinha duas empresas. Na verdade, a empresa a que ele sempre se referia era a empresa Web Hotel, que estava atrelada a uma *holding*, que era a GFD Investimentos, e ele estava fazendo uma mudança contratual de outra empresa que ele tinha, que era uma agência de viagens. Os imóveis do Nordeste, segundo ele, seriam colocados nessa nova empresa, a agência de viagens. Então, ele levantaria um recurso em cima desse patrimônio que seria registrado na empresa dele. Por que eu até conheço os detalhes? Porque, no início do processo no qual ele disse que ficaria com o terreno, ele iria fazer o primeiro aporte, dar o sinal e iria fazer o pagamento com a apresentação da documentação. Foi apresentada a documentação, e se criaram aí algumas dificuldades de pagamento. E ele dizia que o problema não era o pagamento, o problema era contábil. Ele iria fazer a mudança contratual da empresa para, depois disso, sim, efetuar o pagamento do registro, tudo direitinho. Eu sei que ele relatava essas dificuldades e que era o contador que criava



algumas dificuldades pela questão da burocracia que existia no Estado de São Paulo.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Esse negócio chegou a ser concretizado? Em que fase estava ou está esse negócio? Que provas V.Exa. tem de que houve esse negócio e de que houve a transferência desse imóvel?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Primeiramente, o que foi que aconteceu? Iniciando a conversa da escritura que já tinha sido feita e o levantamento das certidões todas do imóvel, ele iria fazer o aporte do pagamento. Passei os dados da conta primeiramente de meu irmão. Depois que encaminhei a conta, ele chegou e disse: *“Eu não vou fazer o depósito em conta. Eu estou com uma dificuldade nessa mudança contratual e tenho que fazer a transferência da empresa em que estará o nome do terreno, e essa empresa não está com recurso. Então, eu tenho que fazer uma transferência para essa empresa, essa empresa vai ter que levantar o recurso, e, com esse recurso, eu irei transferir”*. Aí, eu insistia com ele: *“Mas preciso resolver, porque não é uma coisa minha, é uma coisa de família. Eu tenho o meu irmão, que precisa pagar a algumas pessoas, a alguns fornecedores e tudo o mais, pessoas próximas a ele que o ajudam a pagar algumas contas, inclusive o meu pai”*. Nesse episódio, ele dizia: *“Me passe a conta de terceiros que precisa ser paga que eu efetuo o pagamento e faço o encontro de contas depois, na parte contábil”*. Eu encaminhei várias contas a ele — não foram duas nem quatro, foram várias contas — de 5, 8, 10, 15 e 20 mil reais, e, em 90% dessas contas, também não foram efetuados os pagamentos. Depois, num segundo momento, que inclusive está nas falas, insistentemente, ele resolve dizer que iria sacar e pagar tudo à vista. Volta mais uma vez, não faz o saque, não faz o pagamento e não faz a entrega de absolutamente nada. E se deu um processo de saúde com ele, em que ele sofreu um infarto, ficou internado durante uns 40 dias sem comunicação nenhuma, e a gente aguardando o desfecho disso. Foi quando até encontrei com a esposa dele. Ele estava na UTI. Tinha sofrido um infarto. E logo depois mandou uma mensagem dizendo que tinha sofrido esse infarto, mas que, assim que se recuperasse, que tivesse alta, ele iria resolver o problema. Resumindo a história, houve a operação, ele está detido, e ainda não foi efetuado o restante do pagamento do terreno.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O que efetivamente foi pago dessa transação?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Foi pago o valor de uns 180 mil a 200 mil reais.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - De que forma?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Foram feitos depósitos.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Na conta dessas empresas que foram mencionadas ou em outras contas?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Não, foram feitos depósitos de 60 mil na conta do meu pai; 47 mil na conta de Élia, uma pessoa próxima também da gente; e foi feito mais um pagamento — acho que foi no valor de 12.500. Que eu me recorde só foram esses valores. Houve algum outro depósito, acho que de 15 mil ou 18 mil.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k. Na troca de mensagens, há o seguinte diálogo: *“Amigo, eu estou sacando. A primeira parte já está o.k.; a segunda depende de favor do banco, do gerente, e estou resolvendo para cumprir hoje”*. É o que LA diz a V.Exa., depois de V.Exa. fazer a ele algumas cobranças. V.Exa. poderia explicar a razão desse diálogo?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Desculpe, Sr. Relator, o que o senhor falou no início? Como é que foi?

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - A transcrição da gravação telefônica coloca o Sr. Youssef, que aqui é identificado como Primo, dizendo o seguinte: *“Amigo, eu estou sacando. A primeira parte já está o.k.; a segunda depende de favor do banco, do gerente, e estou resolvendo para cumprir hoje”*. Ele fez essa declaração depois que V.Exa. o questionara: *“Nossa vida, você não mandou a pessoa. Tem que ser hoje lá. Marcou às 14. Eles me ligaram já hoje às 6h30”*. E, na sequência do diálogo, ele fala que estava sacando, a primeira parte já estava o.k. e que a segunda dependia de favor do banco. Qual a razão desse diálogo? Do que está sendo tratado aqui?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Exatamente sobre o que eu estava relatando anteriormente. Quando houve a tentativa de pagamento a uma conta que não foi feito, ele pediu a conta de terceiros, e não foi feito, ele informou que iria fazer o saque, que iria fazer o pagamento à vista, e também não foi feito. Quando se fala



em relação do que se estaria esperando, é justamente a pressão que eu dava. A insistência das ligações, das mensagens que são dadas, era justamente para que ele efetuasse o pagamento. E eu relatava justamente que o meu irmão estava passando por uma transição de uma separação, um problema psicológico, um sofrimento que ele já tinha tido no passado, e que essas pessoas o estariam pressionando. E eu dizia que todas elas estariam aguardando, exclusivamente, esse assunto aí que foi abordado.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Em 20 de setembro de 2013, há outro registro, outra conversa, com o seguinte diálogo: *“Agora, aquele meu. Quero saber se você pode pagar a metade hoje. A conta dá 25 para cadeiras de rodas e 25 para óculos. Pode?”* Primo responde: *“Me passa a conta”*. LA: *“Multimédica, conta corrente número tal, agência número tal, CNPJ número tal. Valor: 21.500 reais”*. Primo: *“O.k. Vou tentar entrar no banco para fazer. Te aviso”*.

Por que pedir a Alberto Youssef esse tipo de depósito? Do que se trata especificamente isso, além do que já está dito?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Sr. Relator, inclusive vou deixar aqui o registro de algumas declarações. Como existia essa conta corrente entre família... Essas cadeiras de rodas, como já foi colocado aqui, são uma tradição. Eu gostaria de falar no final, mas eu posso aqui relatar para vocês. Eu fico até muito grato pelo depoimento do Deputado José Carlos Araújo, que é meu adversário, inclusive, na minha cidade. O Deputado José Carlos Araújo é meu adversário político. Então, não estaria tão interessado se fosse para poder aqui não fazer mais do que a justiça do que se trata. Eu nasci num dia de São João. Nesse dia em que eu nasci, estavam cantando na minha casa Luiz Gonzaga e Marinês. Meu nome é Luiz em homenagem a ele, a Luiz Gonzaga, ao qual me refiro nessa história de vida. Meu nome é João Luiz — João, do dia de São João, e Luiz, de Luiz Gonzaga. Nesse dia, meus pais já faziam distribuição de cadeiras de rodas, de máquinas de costura e de cobertores. Estavam lá Quinteto Violado, Marinês, Trio Nordestino e Luiz Gonzaga. Essa tradição de mais 40 anos, apesar de eu só ter 34 anos de idade, sempre foi uma tradição da família, não do Luiz Argôlo político, mas da família, do meu pai, que está aqui. Todo ano há compra de cadeiras de rodas, que ele efetua, e uma dessas contas que iria para fazer o pagamento do meu irmão ao meu pai, eu a solicitei,



justamente no contexto no qual eu iniciei a minha fala, quando ele pediu: *“Passe as contas de terceiros a quem está devendo que eu acerto e, no final, eu contabilizo isso na minha contabilidade, eu faço a contabilidade e coloco isso como sendo parte do pagamento de fato do terreno”*. Eu estou com a declaração da empresa de que não recebeu esses recursos, todas as mensagens. Aqui está o exemplo: dos 120 mil do Vanilton... Eu estou com extrato dele. Eu estou com o extrato, inclusive, do meu sigilo bancário. Estou deixando aqui o meu sigilo bancário e o de todos os meus assessores. E o do Vanilton também, da mesma forma. Estou colocando aqui a conta dos 50 mil reais de uma empresa da União, em que falo dos 21.500 reais dessa empresa de cadeiras de rodas, que o pagamento foi feito diretamente pelo meu pai. A nota fiscal está no nome dele. Quem comprou as cadeiras de rodas foi ele, e não vai parar. Continua o mesmo processo. Inclusive está comprando agora mais 400 a 500 cadeiras de rodas, o que, inclusive, é um dos meus projetos apresentados aqui na Câmara, para que as doações fossem feitas diretamente a todos os deficientes físicos e paraplégicos. E aí eu faço até uma referência ao Relator, ao Presidente e aos Deputados, de que há uma tradição no lado social muito forte da minha família. Quando foi criado o Programa Fome Zero, do ex-Presidente Lula, as primeiras pessoas físicas a virem fazer uma doação ao Programa Fome Zero fomos meu pai, eu e meu irmão. Nós fizemos uma doação, com o nosso Imposto de Renda, de um valor de cada um dos três — meu pai, meu irmão e eu —, para o Programa Fome Zero, como pessoa física. Eu nem era Deputado Federal. Eu era Estadual ainda. Foi no início do Governo, e eu estava iniciando o meu mandato de Estadual. Então, há uma tradição nossa em relação à parte social que sempre levou a história de vida. Meu pai veio de família muito simples, muito humilde. Minha vó foi paraplégica, e as dificuldades todas que passam... Quem é do interior, quem é nordestino sabe o que eu estou querendo colocar. Foi sempre isso, o grande legado, o grande motivador de buscar dentro da política um instrumento de transformação da vida das pessoas, principalmente das que mais precisam. E aí eu deixo aqui claro... Estou deixando, inclusive, Relator, a declaração da empresa, com firma reconhecida, do que se fala das cadeiras e desses óculos, de que tratam justamente esses 25 ou 21.500.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Se não houve o pagamento pelo Alberto Youssef, por que simplesmente não cancelar o negócio, em vez de insistir na cobrança de valores?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Ele já tinha iniciado o pagamento, já tinha dado o sinal, já tinha feito dois depósitos. E de fato, de fato, como o meu irmão tinha acabado de passar por uma separação, de volta com esse terreno, ele teria aí agora, na verdade, outra situação a ser resolvida. Como ele já tinha vendido o terreno... Estava na fase de separação e o vendeu. E aí iria ser feita a liquidação do imóvel. E se ele fosse internalizar... Mas de fato hoje não está sequer registrado a ele, porque ele não efetuou o pagamento. aguardo que ele continue a ver a forma de poder pagar para poder registrar o imóvel no nome dele.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Exa. não informou, quando o questionei no momento anterior, em que momento exatamente se deu o negócio do terreno. V.Exa. poderia dizer ao Conselho em que momento se deu esse negócio?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - A tratativa foi logo após a eleição, a partir de outubro. Em novembro ou dezembro, no final de novembro para dezembro, a gente já estava tratando desse assunto do imóvel, só que se deu início mesmo, de fato, para concretizar, em 2013.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Certo. Em 15 de outubro de 2013, há outro registro com o seguinte diálogo: LA: *“Bom dia! Você tem como fazer depósito daquele assunto de ontem à noite mesmo?”* Primo: *“Bom dia! Tudo bem?”* LA: *“Precisaria dos 40 do pessoal na mão e mais 20 ou 30”*. Primo: *“Vou pegar com o Júnior e não sei como ele vai me dar, de que jeito. Assim que pegar, faço o depósito, te mando junto com os 40. Vou mandar o velhinho final da tarde”*.

Por que essa fala em código? Do que se está tratando nesse diálogo?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Todos os diálogos feitos de valores que se colocam dentro do contexto já vazado, posso assim dizer, é da tratativa desse imóvel. Esse Júnior eu não sei a quem se refere, porque, se fosse Júnior meu irmão, falaria “irmão”. Não sei de quem se trata.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Mas esse diálogo faz referência à venda do imóvel, à compra do imóvel?



O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Todo diálogo de valores foi na tratativa do imóvel. Fora isso não existiu absolutamente nada.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O questionamento que se faz, para que haja o devido esclarecimento, é por que falar por código e não falar diretamente sobre o imóvel, sobre o terreno?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Tem uma fala, Sr. Relator, que... É isso. Eu não estou aqui com toda a degravação. Tem uma fala do próprio Alberto em que, para concluir o que já é uma terceira tentativa de pagamento, ele informa: *“Para concluir o pagamento do imóvel, eu preciso que você leve um avaliador, que estará saindo de São Paulo, para ver o imóvel em Camaçari”*. Está dentro do diálogo! Quem tiver aí o contexto... A imprensa tem isso muito bem. Tem uma frase que ele coloca assim: *“Eu preciso que o avaliador vá ao terreno para poder concluir o pagamento”*. Aí eu informo: *“Eu estou no interior. Não tenho condições de ir”*. *“E a sua secretária?”* Aí eu respondo: *“Ela fez uma cirurgia e também não pode ir. Se for segunda-feira, tudo bem”*. Ele justificava que, com as dificuldades financeiras que ele estava passando e tudo o mais, só poderia ser concluído o pagamento depois que um avaliador — ele tinha um recurso acho que aplicado no banco — fosse ao terreno, atestasse que valeria exatamente aquele valor. Esse recurso seria liberado desse fundo ou desse recurso dele para poder efetuar o pagamento. E eu justificava: *“Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Você precisa fazer o pagamento, independente do avaliador”*. Mas tem isso nas falas. E ele inclusive dá o endereço dessa propriedade.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Exa. disse que ele é que pedia para fazer os pagamentos em dinheiro. E nesse diálogo, entretanto, V.Exa. é que pede o pagamento em dinheiro. Qual a razão dessa exigência, dessa cobrança, da forma de se efetuar o pagamento?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Primeiro, porque — dependendo do período, teria que ver aí, Presidente — existia a vontade dele de fazer o pagamento em espécie; depois o pagamento era em conta; e depois a dificuldade era de conseguir o recurso. Então, foram fases diferentes dentro do processo todo de diálogo com ele. Tanto que, quando se fala do jantar, do encontro, 3 dias em seguida ele não vem e continua informando que está vindo, que está vindo, que está



vindo. Ele não apareceu e não consolidou, não efetivou o pagamento. Há o grande exemplo dos 120 mil reais do Vanilton. Está aqui o extrato de que não entraram os 120 mil.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Por que cobrar dele por tantos meses seguidos e de forma infrutífera? V.Exa. informa que ele não efetuou os pagamentos solicitados por V.Exa. como forma de quitação do imóvel comprado, do imóvel adquirido. Não havia armas nesse contrato? Houve um contrato de cessão de imóvel, de venda, de promessa de venda? Como se deu essa transação para se chegar a uma negociação onde há uma cobrança e não há uma confirmação do pagamento pelo bem adquirido?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Primeiro porque ele tinha dado um sinal e segundo pela conjuntura na qual eu conheci o Alberto Youssef. Eu não o conheci sendo meramente uma pessoa que tinha interesse em comprar um imóvel. Ele já tinha propriedades de valores significativos no Estado. Um desses hotéis está no centro, na área mais nobre de Salvador, que é a do Shopping Iguatemi. Do lado do Shopping Iguatemi tem um hotel do qual ele tem propriedade; ele tem um imóvel em Porto Seguro com 160 apartamentos. Eu nunca iria imaginar que ele não tivesse a possibilidade de efetuar de fato todo o pagamento. E houve um período no qual eu deixei de cobrar, justamente quando ele sofreu esse infarto e ficou internado. Ficou uns 3 meses se recuperando. E ele disse: *"Ó, eu parei. Como eu parei agora, não estou na empresa, eu vou me recuperar e, assim que eu puder regularizar as dificuldades que eu tive durante esse período de 3 meses, eu vou efetuar diretamente o pagamento"*. E eu falo também em uma mensagem: *"Olhe, se você não concluir, então você vai perder o sinal que você deu"*.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Com quem está a posse desse imóvel? Ele chegou a ser transferido para o Sr. Alberto Youssef?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Não.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Em nome de quem está o terreno?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Do meu irmão, Manoelito Júnior.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Ele continua em nome do seu irmão?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Continua no nome dele.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Não houve nenhuma transação?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Não.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Há documentos que comprovam essa negociação?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Há. Existem.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Esses documentos estão em posse de V.Exa.? Poderia declinar esses documentos ao Conselho?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Posso, sim; só não estão aqui. Inclusive, eu tinha conversado com o próprio Aluisio que a documentação toda que tenho aqui agora vou deixar já na mão do Conselho: a quebra de meu sigilo bancário e dos meus assessores; essas cartas que tenho aqui; a declaração. Do imóvel tenho a avaliação, as certidões. Esse é o objeto do contrato. Até o dia 10 eu já posso entregar; no máximo até o dia 10 eu posso entregar a V.Exa. Mas isso que está aqui na minha mão eu já posso entregar, inclusive do imóvel também.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Com relação à transação do imóvel, o que especificamente V.Exa. tem?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Um contrato, que foi um contrato de gaveta, posso assim dizer, porque só seria feito o contrato de fato após o pagamento. E a escritura... Já chegou a ser feita a escritura, mas não foi efetivada a escritura, porque ele não tinha efetuado o pagamento.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Esse contrato é datado de quando?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Eu não vou me recordar aqui. É de 2013, mas não me recordo a data exata.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Era ele que iria perder o sinal, e V.Exa. continuaria com o imóvel? Por que simplesmente não vender o terreno para outra pessoa e insistir nessa venda para o Sr. Youssef? O sinal foi ele quem deu?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Se a gente está falando de algo que é fácil de vender, certamente se ele achasse um segundo comprador, se meu irmão achasse, ele iria falar: *“Meu irmão, eu acabei de encontrar um comprador. Vamos devolver o sinal de quem não cumpriu”*. Mas não houve essa oferta, ou a procura, melhor.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k. Por que pedir ao Sr. Alberto Youssef o depósito no valor de 13.200 para Casa Bela e de 40 mil para Bombaim?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Esses pagamentos são relativos à venda do imóvel. Como ele mesmo já informava que teria dificuldade de fazer o pagamento na data combinada e depois ele veio com um plano de pagar em espécie e depois ele veio com a proposta de que aos fornecedores que seriam de interesse de meu irmão ele faria o pagamento, como essa Bombaim, exemplo, uma empresa de pecuária... Seria pagamento de bezerros, de gado, para meu irmão. E não foi feito o pagamento da Casa Bela. Eram três pagamentos de 12 — não era nem só um. Eram três pagamentos de 12. Não foram feitos esses pagamentos, como não foi também o das cadeiras de rodas, como também o outro pagamento de 50 mil.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Em outra interceptação da Polícia Federal, LA, que V.Exa. já identificou como sendo o próprio autor dos diálogos, disse a Alberto Youssef: *“A fatura da Malga este mês será de 155”*. Youssef: *“Preciso receber na data, por favor”*. LA: *“O.k. Você já mandou o veio?”* Primo: *“Ainda não. Está se preparando lá”*. LA: *“Você manda os quatro do pessoal e mais três para mim”*. Primo: *“Estou morto. Não sei se dá”*.

A fatura da Malga apresentada aqui é de 155 mil. Qual era a sua relação com a Malga Engenharia e que objetivou esse diálogo com o Sr. Youssef?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Primeiramente foi num dia em que estava no escritório dele. Eu tinha ido ao escritório, e ele não estava. E tinha na mesa um senhor que estava fazendo as receitas e despesas da parte contábil e tinha recebido, confirmado o pagamento dessa empresa Malga — Malga, 155 mil. E ele sempre dizia: *“Ó, assim que eu receber um pagamento pelo menos dessa empresa Malga eu vou efetuar para você a quitação da área”*. Nesse dia em que ele não estava, eu presenciei, inclusive dentro do próprio documento que estava lá sobre a mesa, essa fatura que seria quitada 1 dia depois. E mandei uma mensagem: *“Estou vendo aqui”* — e aí não está como eu enviei — *“que a fatura da Malga será paga, de 155. Gostaria que você pagasse em dias agora”*. Esse foi o contexto do diálogo que foi colocado exatamente na mensagem, dentro do episódio que eu presenciei.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Exa. era sócio de Alberto Youssef na Malga?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Nunca fui sócio dele.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - E em alguma outra empresa?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Não, em nenhuma empresa dele.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Qual a relação de V.Exa. com a Bombaim?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Bombaim é a empresa de um amigo, conterrâneo nosso lá de Entre Rios, pecuarista: Bombaim Agropecuária. É relação de amizade com a família.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Não tem relação de negócio?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Não.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Não é sócio?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - A Sra. Meire esteve neste Conselho e disse que V.Exa. é sócio da Malga Engenharia. Qual a sua relação com essa Sra. Meire?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Boa pergunta: qual a relação que eu tenho com ela. Eu acho que é uma pergunta bastante salutar. Primeiramente a gente tem de entender o contexto, Relator. Eu fiquei muito admirado pelo tamanho que me deram todos esses dias no noticiário. Gostaria de agradecer, primeiramente, e entender claramente onde você tem uma operação chamada Operação Lava Jato... Essa Operação Lava Jato está sob o foco da mídia, da imprensa, que faz um papel fundamental de fiscalizar, possivelmente, desvio de recursos de uma empresa chamada PETROBRAS, que é a maior empresa do orgulho do povo brasileiro, uma empresa que tem aí, dentro do foco de investigação, desvio, certamente, de 2006 até 2013, 2014. Imagine que eu fui eleito Deputado Federal em 2010. Eu nem Deputado era naquele momento. E a partir da história que se coloca de uma relação de vários interesses, é claro... O ditado do interior coloca muito bem como se fosse boi de piranha. Por que falar tanto de Luiz Argôlo para mudar o foco? Eu acho que as perguntas que têm que ser colocadas, inclusive para a própria Meire, aqui, são: qual a relação que ela tinha, de fato, com o Alberto; se esse Alberto realmente fazia



operação na PETROBRAS; de que forma era feita; quem indicou os diretores; e quem foi que apadrinhou cada coisa lá. O que eu posso dizer aqui de Luiz Argôlo e o que V.Exa. fala aqui sobre a questão da Meire é que eu a encontrei uma vez no escritório, e inclusive o próprio Alberto queria que ela saísse logo, porque ela tinha um temperamento intempestivo e tal. E foi a única vez em que eu estive com ela, a única vez em que eu fui apresentado a ela. E não tive mais diálogo aprofundado nesse sentido. E eu fico até a me perguntar por que, quando ela utilizou aqui o microfone, o espaço, disse que eu tinha um codinome lá, que era conhecido como Bebê Johnson. Eu agora devo estar entendendo por que Bebê Johnson. Porque eu acho que eu não fazia parte de toda essa estrutura que ela deveria desenhar. E ela quis colocar absolutamente o nome de Bebê Johnson. Imagino que seja por essa razão. Mas ela buscou dialogar comigo. Não sei como buscou o meu telefone. Isso a irritou bastante, porque ela tentou falar comigo, e eu não tive diálogo nenhum. O Dr. Aluisio, até por ser advogado, até por ser advogado, me orientou para que eu não tivesse conversa com ela, porque eu não tinha nada a tratar absolutamente com ela. Mas ele se encontrou com ela, teve um encontro em São Paulo, e lá ela mostrou as dificuldades que estava tendo. Tinha tido uma operação da Polícia Federal, que apreendeu vários documentos no escritório dela. E ela precisava arrumar um advogado para poder defendê-la. E tinha umas contas para pagar, nesse valor que ela apresentou de 250 mil reais. O próprio advogado disse: *“Olha, o meu cliente está em eleição, está em campanha, com uma dificuldade imensa de até mesmo conseguir qualquer tipo de ajuda, e ele tem dificuldade, claro, de tratar desse assunto também porque não cabe a ele.”* Eu acho que foi uma das grandes razões que a motivou a vir com tanto propósito de aqui chegar e falar: *“Eu só quero estar no Conselho falando do Deputado Luiz Argôlo”*. Qualquer pessoa em sã consciência faz a interpretação do propósito. Ou alguém pagou esse valor, e ela estava aqui a missão e a serviço dessa pessoa ou dessas pessoas. Esse eu acho que é um grande questionamento, que a mídia sabe fazer como ninguém, e a própria Polícia também, para saber que razão a motivou — ela que me procurou e eu não ajudei — a vir com um propósito do Luiz Argôlo.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Exa. faz menção a outras pessoas, ao envolvimento de figuras públicas maiores e sugere que a Sra. Meire



seja questionada com relação a isso. V.Exa. saberia apresentar e dizer de que pessoas está falando e de que relação está se falando. V.Exa. se coloca como peixe pequeno. Quem são os peixes grandes?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Não, eu acredito que esse é o entendimento de qualquer um que conhece a história da nossa família, que conhece a minha história, sabe todo o relato de vida, por que entrei na vida política, na vida pública, Vereador, Prefeito, Estadual, Federal. Nada contra quem tem relações com as empresas, absolutamente nada contra. Mas assim posso dizer e afirmar que estou hoje como Deputado, que, além de ser patrocinado por minha família, me desfiz dos meus negócios, de minhas atividades empresariais para estar vivendo a política como se fosse única e exclusivamente para isso. Esse sempre foi o meu interesse. Eu não posso aqui levantar testemunho ou declarações de terceiros. O que eu posso é dizer que conheci Alberto Youssef no contexto como empresário e tive tratativas de assuntos particulares. Foi uma tratativa comercial privada com ele. Não tive relação absolutamente nenhuma de Ministério, de PETROBRAS, de favorecimento algum nesse sentido. Não me cabe agora fazer o julgamento dos outros. Eu acho que o Conselho de Ética está aqui a me ouvir e a me julgar, mas, assim, há um propósito claro, Sr. Relator, porque eu fui tempo recorde. A Representação entrou na Corregedoria e com 24 horas foi julgada a meu desfavor. Nunca houve isso! Nunca na história da Câmara! Nunca! Eu posso aqui citar 30 nomes, que eu não quero, mas têm aí relatos de vários casos de Deputados com denúncias e tudo o mais que até hoje estão arquivados, há 4 meses, 6 meses, 1 ano, 4 anos, 5 anos, 6 anos. O meu foi em tempo recorde. Que necessidade de focar em mim? Eu acho que fui bastante atrativo para muitos aí que queriam focar, o desgaste que quiseram colocar, de todas as formas, do lado pessoal, do lado familiar. Eu hoje até entendo a discriminação que sofre o negro, o índio, o gay, todos, porque houve até essa imagem de que eu poderia ser gay, por uma relação de tratativas de mensagens. Eu achei assim, qual o interesse de mexer no lado familiar, porque eu sou bem casado, graças a Deus, tenho dois filhos. Tenho uma esposa maravilhosa, que me dá muito apoio. Imaginem a imagem que quiseram construir! E eu fui resistente a tudo isso. A gente vê que era um propósito, na



verdade, de desequilibrar ou até mesmo de mudar o foco. Essa é a forma que interpreto. Mas eu acho que os fatos vão contribuindo ao longo do tempo.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Exa. disse que todos os diálogos foram referentes apenas à compra desse imóvel. V.Exa. poderia explicar o teor desse diálogo que está no rol da Polícia Federal, do dia 18/10/2013?

“LA: Bom dia. Não esquece, não, se falar com o rapaz.”

“Primo: Bom dia. Pode deixar.”

“LA: É a Bombaim. E aí, o pessoal está aqui no meu escritório, e você fez um acordo para o nosso rodar. Você tem que me confirmar. Os nomes da empresa são Eletronor e Cosampa. O pessoal já monitorou e sabe que tem relação com ele. Se elas derem preço, o pessoal cancela o outro. Resolvi isso com ele.”

“Primo: O.k.”

“LA: Viu o nome das empresas?”

“Primo: Vi. Já estou falando. Oi, a empresa tá aqui falando que não tem relação nenhuma com esses nomes. Falando direto com o Diretor. Agora, tentando falar com o irmão do MN para saber. Está fora de área.”

Aí, segue a conversa, o diálogo:

“LA: Filhos da p. O cara entrou. Foi o contrário, está vendo? E tal, enfim. Irmão, não fez o Bombaim?”

De que diálogo é esse? Sobre que licitação está sendo questionado aqui?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Eu só sei aí dessa empresa Bombaim, porque a Bombaim... Essa Bombaim é uma empresa agropecuária. Dessas outras duas empresas, não tenho conhecimento absolutamente nenhum.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Mas do que trata esse diálogo aqui?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - O da Bombaim se trata daquele pagamento dos bezerros.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Compra de bezerros?



O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - É, só foi feito isso aí. Não me recordo desse diálogo de duas empresas aí... Nem sei do que se tratam essas empresas.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - É o que consta da degravação da Polícia Federal do dia 18/10/2013. Fala de duas empresas: Eletronor e Cosampa. Aí, V.Exa. menciona a Bombaim.

Na troca de mensagens, a soma de valores pedidos por V.Exa. a Alberto Youssef é superior a 375 mil reais. V.Exa. poderia explicar essa discrepância? E mais, essa região que V.Exa. menciona onde está o terreno é uma região turística. Seria difícil vender esse terreno para outra pessoa, para outro investidor?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Não que fosse difícil, mas acredito que pelo menos não houve a procura. O que posso dizer é o seguinte: em relação à questão dos valores aí, se se somar os 50, mais os 25, mais os 120 que não foram feitos depósitos, isso aí já irá bater justamente nesse saldo que você encontra. É o que eu falo: existiam momentos diferenciados, ao qual eu disse: *“Eu vou pagar todo hoje”*, e depois disse: *“Não, me passe as contas que eu vou pagar terceiros”*, depois, *“Não vou pagar terceiros. Eu vou sacar e vou lhe entregar em mãos”*. Não foram feitos esses pagamentos. Eu estou com o extrato do Vanilton no valor de 120 mil reais, que foi depositado em conta dele. Está aqui o extrato. Não teve depósito de 120 mil, como não houve um outro de 50 e outro de 40. Então, há uma repetição de cobranças, mas é um valor único, sendo que era a forma que ele tinha, acredito, de poder postergar e de levar o seu pagamento.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k. V.Exa. menciona desconhecer algumas empresas e diz que não tem negócios fora do Estado da Bahia. Em outra conversa interceptada pela Polícia Federal em 16/10, há um novo diálogo onde V.Exa. também faz menção a negócios em outros Estados. Vou ler apenas o trecho em que V.Exa. menciona isso:

“LA: Rapaz, você tem que falar com o pessoal. Ele tem que tirar duas empresas de Fortaleza do processo que será amanhã cedo. Se elas participarem, o convênio não será publicado. Importante.”

De que negócio está sendo falado aqui e retirar o quê e para quê?



O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Relator, eu, absolutamente, não tenho nada no Ceará. Se eu não estou conseguindo resolver no meu Estado da Bahia, como é que eu vou conseguir no Ceará. Todos nós sabemos que tudo pode existir de influência — ou influência política ou influência... —, mas absolutamente posso aqui afirmar que não utilizei o meu mandato para contribuir, ajudar em nada as negociações que possivelmente o Alberto Youssef fizesse. Este diálogo que fala do Ceará, absolutamente não sei do que se trata. Não tenho nenhuma relação comercial com o Ceará, com Estados do Nordeste.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k. A Sr. Meire Poza, quando esteve aqui, disse que duas empresas de Fortaleza lhe depositariam ou lhe depositaram mais de 1 milhão de reais. Ela afirmou diante deste Conselho. O que V.Exa. tem a dizer com relação a essa acusação, a par das gravações que eu mencionei aqui?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Ela colocou dentro de um contexto da publicidade que ela deu para uma revista, e que tinha recebido o valor de 1 milhão e alguma coisa e que seria para mim. Mas por qual razão eu iria receber esse recurso? Tem uma das empresas que está até no Estado da Bahia, a outra nem no Estado da Bahia está. Por qual razão eu estaria recebendo? Não tenho absolutamente, assim, nenhum vínculo financeiro que justificasse o pagamento a essa altura desse valor para mim. Até porque, dentro do meu extrato bancário, vocês irão ver que eu tenho aqui dois empréstimos consignados, inclusive em dezembro. Então, se eu tivesse recebendo esse valor, não estaria fazendo um consignado na minha conta.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Exa. teria algo a mais a acrescentar a este Conselho que pudesse contribuir para o esclarecimento dos fatos e que este Relator eventualmente não tenha perguntado?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Minha sugestão, Sr. Relator, se tem mais colegas que queiram fazer pergunta, aí, no final, eu poderia fazer a explanação.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, por ora este Relator não fará mais questionamentos, podendo fazê-lo em momento posterior.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Com a palavra o Sr. advogado, Dr. Aluisio.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Excelência, só para deixar claro aqui, só para esclarecer dois pontos aqui. A Sra. Meire mandou uma mensagem para o Deputado, e que queria conversar com o Deputado, e eu realmente aconselhei ele a não conversar. Eu entrei em contato porque eu sou advogado e tenho que saber quem tem a contribuir com o processo e qual é a contribuição que ela quer dar.

Fui a São Paulo, ela me pegou no aeroporto; antes de me deixar no hotel, nós jantamos, antes daquele depoimento aqui, que ela não revelou. E tudo o que ela conversou, eu conversei com o Deputado. Não sou de gravar conversa, nem de revelar conversa reservada. Passei para o Deputado, e ele sabe o que foi que ela disse.

Ao contrário do que está aqui, ela não é testemunha, ela é corrê. Tem um artigo do jornalista... Ela foi contadora de todo esse sistema durante 4 anos e teve todos os seus bens bloqueados, apreendidos. Tem um artigo na Internet, Pastor Eurico, do Sr. Ucho Haddad. É um jornalista de São Paulo. Eu o arrolei como testemunha, mas, infelizmente, ele não pôde vir. Foi ele quem denunciou toda a Lava Jato. Eu o arrolei como testemunha de defesa, justamente ele dizendo isso. Como é que a pessoa vem como contadora, trabalha 4 anos em todo o sistema... Quer dizer, uma pessoa que é advogada, advogada, não, administrador de empresa ou corretor de imóveis não é obrigada a conhecer todo esse sistema contábil e a legislação contábil. Mas a Dra. Meire chegou aqui como se fosse uma cândida alma, prestando um grande serviço à Nação. E deve ter prestado, realmente, com a delação premiada. Mas, na verdade, o que ela queria? Uma delação premiada, uma delação premiada não em cima de tudo o que ela sabe, mas em cima do Deputado Argôlo, porque eu fui muito claro com ela. Eu digo: *“Olha, nós não vamos entrar nesse seu jogo. Você denuncie o que você quiser, faça o que você quiser. Nós estamos tranquilos. Eu conversei com o Deputado. Nós não temos problema nenhum”*. E talvez aí seja todo o ódio dela dirigido ao Deputado por conta disso. Não. Eu passei isso para o Deputado.



Segundo, só outro ponto aqui para ficar esclarecido. O Deputado não deixou claro. Nesse caso, Deputado, eu posso até fazer por escrito também. Essa situação da Malga, o que é que o senhor tinha com a Malga? Para deixar claro aqui para o Conselho. O que é que o senhor tem lá com a Malga?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Nada.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Não é sócio da Malga? Então, pronto. Porque de PETROBRAS ela inocentou o Deputado, de Labogen inocentou o Deputado, que é objeto da Representação, do terreno ela sabia. E depois aqui disse que sabia, mesmo com toda a sanha dela, que veio naquele dia.

Enfim, esses são os fatos que podem ser esclarecidos. Queria tê-la trazido aqui como testemunha de defesa. Mas, desde o primeiro momento disse eu quero, mas quero os depoimentos dela na Polícia Federal, porque, quando ela chegou aqui, ela mentiu, disse que não estava investigada por nada, e estava, e eu sabia que estava. Estava investigada. Tinha havido uma busca e apreensão no escritório de contabilidade dela. E foi a partir daí que ela se propôs a fazer a delação premiada, porque sabia que ia ser denunciada. E tudo isso eu sabia, Pastor Eurico, mas deixei ela à vontade, para ela mentir à vontade no Conselho. E eu queria confrontá-la hoje. Infelizmente, não foi possível.

Os outros dados, alguns dados, nós estamos... Como essas relações pai, filho, irmão são um pouco informais, alguns documentos só vão estar para a gente dia 8. Então, até o dia 8, se me for permitido, eu vou trazer outros documentos para esclarecer esses pontos. Demora às vezes um pouco para se conseguir esses documentos. Por isso que eu preferi que o Deputado viesse depor no dia 10. Pedi isso expressamente. Mas havia uma necessidade de se encerrar logo o processo. E ele mesmo também já estava angustiado de passar todo esse tempo e não vir aqui dar as razões desse fato para o Conselho de Ética.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, apenas para consignar em ata, porque não é a primeira vez que este Conselho se debruça sobre um processo de investigação e não será também a última. O advogado menciona que a testemunha veio aqui e mentiu ao Conselho.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Sim.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - E que ele deixou de praticar os atos que são naturais da defesa. Veja, nós não podemos... O Conselho toma depoimento sob juramento das testemunhas.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Sim.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Então, V.Exa., penso, não deveria patrocinar essa tese aqui, porque a testemunha aqui esteve. V.Exa. não a inquiriu, deixou de questionar. Nós não estamos em sede de um tribunal, nós estamos em sede de um Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. E, portanto, aqui há regras próprias, um Regimento próprio a seguir. V.Exa. não foi cerceado no direito de prática da defesa. Então, eu queria consignar isso aqui, sob pena de, lá na frente, porque não teve acesso aos autos do Supremo Tribunal Federal, ou porque não teve acesso aos autos da Polícia Federal, alegar o cerceamento de defesa. Não há cerceamento de defesa. O Conselho não depende de depoimento da Polícia Federal para apurar desvio de conduta, quebra de decoro, como também não depende de inquérito ou de atos do Supremo Tribunal Federal para investigar. Aqui é um julgamento político.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Sim.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Então, apenas para consignar isso aqui, para que, lá na frente, não seja suscitado esse tipo de alegação. Há um equívoco, que é natural, por parte de... Não censuro V.Exa. V.Exa. sabe do respeito que tenho e sempre tratei a defesa com toda a deferência possível, mas apenas consignar, em defesa da probidade dos atos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que a defesa pode se manifestar em todos os atos, tendo documentos ou não os tendo, porque aqui se trata de um processo próprio e com regras próprias. Então, apenas para não ficar parecendo que houve cerceamento de defesa. Eu não quero que isso seja alegado num trabalho que este Relator tem procurado fazer com todo o zelo.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - V.Exa. me permite, só para eu concluir? Vou até rogar aqui ao Pastor Eurico, porque, às vezes, para a verdade aflorar, Deputado Marcos Rogério, você tem que ir para os detalhes. Tem um julgamento na Bíblia — eu acho que o Pastor Eurico aqui deve conhecer a Bíblia, porque é pastor e tudo o mais —, que eu acho que é da casta Susana, não é isso,



Pastor Eurico, que ia ser apedrejada, porque, supostamente, teria traído o marido. Um acusava que ela traía o marido; o outro, também. Aí o advogado... Antes de apedrejá-la, questionaram, Deputado Izalci: *“Mas onde ela traía o marido?”* Separaram as testemunhas. Um disse: *“Ah, foi embaixo do cajueiro.”* O outro disse: *“Ah, foi não sei onde.”* Aí viram que as testemunhas estavam mentindo. Para eu fazer esses questionamentos, para eu poder aqui, realmente, confrontá-la, eu precisava desses depoimentos na Polícia Federal. Eu precisava. Eu, enquanto defesa. Os questionamentos que a mim eram interessantes eram tópicos, e eu fiz naquele dia: *“Vendeu o terreno? Tenho conhecimento?”* *“Tem.”* *“Teve negócio na PETROBRAS?”* *“Não.”* *“Teve negócio do Labogen?”* *“Não.”* *“Satisfeito.”* O que ela queria dizer aqui... Se ela era investigada e queria dizer aqui que não era; se ela estava sob investigação, e não estava; aí ela se resolve. O que me interessava era em relação... Ela, inclusive, falou sobre outros assuntos aqui que não têm nada a ver conosco, absolutamente nada. Aí eu queria questioná-la sobre esses pontos específicos. E para eu questioná-la, no interesse da defesa, eu precisaria desses depoimentos, que, até agora, não vieram. Quando eu a arrolei como testemunha, eu coloquei isso expressamente, que eu precisava questioná-la sobre esses detalhes. Aí, sim, eu ia confrontá-la, Pastor Eurico.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, só porque fui citado aqui, uma questão teológica também, para, depois, o mundo evangélico... *(Risos.)*

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Eu peço perdão a V.Exa., se eu não contei a história corretamente. Mas é mais ou menos...

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Não, não, tudo bem. Existe uma história semelhante no Livro dos Apócrifos, nos capítulos do Livro de Daniel. Então, para o mundo evangélico aí saber separar, para, depois, não dizer que o Pastor Eurico... *(Risos.)* Existe uma história, mas nos Apócrifos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Concluiu, Relator?

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, por ora, o Relator não tem mais questionamentos, podendo fazê-lo ao final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Nós estamos chegando ao final, Relator.

Com a palavra o Deputado Izalci.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Primeiro, eu quero parabenizar o nosso colega Luiz Argôlo por estar aqui fazendo o seu depoimento, porque, pelo menos do que eu participei aqui, todos tiveram dificuldade de vir aqui falar alguma coisa. Mas eu achei estranha agora a fala do advogado com relação à contadora Meire. Eu já sabia, porque está no depoimento da Polícia Federal, que o que ela estava falando ali foi em função realmente do que foi apreendido no seu escritório. E ela confessou, inclusive, que emitia notas fiscais da sua própria empresa. Agora, ela foi bastante contundente. E aí eu quero fazer aqui algumas indagações.

No diálogo, que está na representação do PPS e está na revista *Veja*, há um questionamento, V.Exa. falou alguma coisa, mas diz assim, V.Exa. que já reconheceu que LA é V.Exa.: *“A fatura da Malga, este mês, será de 155. Preciso receber na data, por favor”*. Aí simplesmente ele disse: *“O.k.”* Depois, lá na frente: *“LA dá a entender que tem uma espécie de conta corrente clandestina com Youssef, tem um saldo de 36”* — escreveu —: *“fazer um balanço dos pagamentos recebidos do doleiro no fim do ano passado; tem um saldo na conta corrente.”*

De acordo com o que nós levantamos, existe a GFD, que detém 99% da Malga. Essa GFD... A Malga, na prática, foi adquirida por 891 mil reais e passou a locar equipamentos de engenharia para essas empreiteiras. A GFD não tinha atividade efetiva. Todo esse dinheiro aí da Malga eram notas frias. A própria Meire tem um escritório de contabilidade chamado Arbor Consultoria e Assessoria Contábil Ltda. Ela declarou aqui que emitia nota fiscal fria, evidentemente, porque não pagava os seus impostos, mas a nota fiscal que ela emitia, os recursos recebidos eram dirigidos de acordo com a ordem do Youssef. Ela disse que mandou uma TED para várias pessoas dessas notas emitidas. E para uma delas, exatamente a Malga Engenharia Ltda. Então, a Malga recebia dessa empresa de contabilidade os repasses da própria Meire. Tem uma declaração aqui dizendo que foi repassado exatamente 1,7 milhão de reais. Como era o esquema? A Arbor, que é essa empresa da Meire, emitia notas frias? E aqui ela emitiu para o Grande Moinho Cearense Ltda., CONASA — Companhia Nacional de Saneamento e várias outras empresas. E desses recursos todos que foram repassados para a Arbor, ela declara aqui que entregou ao Pedro Paulo Leoni 3,9 milhões, 1,7 milhão ao Luiz Argôlo, 2,4 milhões para o André Vargas e para outros diversos aqui que foram declarados. No



diálogo, o Deputado Marcos Rogério ainda indagou à Meire: *“Você poderia dizer para quais políticos Alberto Youssef dava ou emprestava dinheiro, e se entre esses estava o Deputado Luiz Argôlo?”* Ela responde: *“Sim, houve entrega de dinheiro para o Deputado Luiz Argôlo”*, de uma forma contundente. Depois, o Deputado Marcos Rogério pergunta — o questionamento: *“Se são autoridades do Governo e se V.Sa. poderia dizer quem eram os beneficiários dessas malas”* — para não ler tudo isso aqui. O Deputado Marcos Rogério disse: *“Na matéria da Veja há também: no fluxo de mala de dinheiro para políticos e autoridades, autoridades do Governo”*. O questionamento, então, que o Deputado Marcos Rogério faz: *“Se são autoridades do Governo e se V.Sa. poderia dizer quem eram os beneficiários dessas malas? Entre eles estaria também o Deputado Luiz Argôlo?”* Ele perguntou. Disse Meire: *“Eu vou me limitar ao Deputado Luiz Argôlo. Ele chegou a receber, sim. Inclusive, na última vez em que ele esteve em São Paulo, na última vez em que eu o encontrei, ele foi para buscar o dinheiro. Daí ele ia embora naquele mesmo dia, e não pôde ir embora porque o dinheiro não chegou. Ele ficou em São Paulo para ir embora no dia seguinte, depois que ele pegasse o dinheiro.”* O Deputado Marcos Rogério disse: *“Onde ele recebeu e como recebeu?”* Ela, a Meire, disse: *“Bom, como ele não recebeu no dia em que ele estava lá, na tarde em que ele estava lá e em que eu não estava também, eu sei que ele recebeu depois, mas eu sei como foi entregue. Normalmente era entregue em dinheiro — Deputado, respondendo. Não existia outra forma. Existem TEDs que também eram feitas, mas nunca foi feita uma TED diretamente para a conta dele”*. O Deputado Marcos Rogério pergunta: *“Foi feito para alguém que não era dele diretamente?”* Como disse aqui: *“Foi, foi feito sim. Foi feito para o Manoelito Argôlo e foi feito para D. Élia. Já entreguei todos os documentos para a Polícia Federal”*. Aí ele fala que existem várias TEDs etc. Como V.Exa. disse, esses repasses a Manoelito e também a D. Élia se referem à venda do imóvel, não é? Perguntado se havia alguma relação entre Alberto Youssef e Argôlo, que tipo de relação, ela responde que sim, que eles tinham uma amizade muito grande e uma relação de negócio. E aqui fala do negócio. Ele diz aqui: *“V.Exa. confirma a realização de depósito de pagamento de Alberto Youssef e respectivas empresas para o Deputado Luiz Argôlo?”* *“Sim, confirmo”*. *“V.Exa. se lembra de algum valor especificamente?”* *“Sim, 60 mil reais que foram depositados para o*



Manoelito e 47 mil reais para Élia”. “V.Exa. sabe dizer se foi feito algum depósito na conta de Vanilton?” “Também”. V.Sa. acho que respondeu isso.

Com relação à Malga, a informação que ela deu, de uma forma contundente, é que havia, de fato, uma sociedade informal. O Deputado Marcos Rogério perguntou: *“Há também a informação de que Alberto Youssef e Luiz Argôlo são sócios na área de construção. V.Sa. saberia especificar quais as empresas da sociedade?”* Ela respondeu: *“Na Malga Engenharia. Mas a sociedade deles era uma sociedade informal. Não consta do contrato social da Malga o Deputado. Acho que era de uma forma informal.”* Deputado Marcos Rogério: *“Essa sociedade, V.Sa. já respondeu, seria com a Malga? Quem era o responsável pela empresa diretamente?”* Ela responde: *“O Sr. Ludovico”*. “V. Sa. conhece o Sr. Ludovico?” *“Ludovico seria um terceiro sócio. Era o seu sócio, o Ludovico, quem operacionalizava e quem tomava conta da Malga”*. “V.Sa. poderia explicar quais eram as vantagens dessa sociedade para o Deputado Luiz Argôlo?” Ela, então, responde: *“Em março, quando ocorreu a operação, eles tinham uma obra em Salvador. Só para esclarecer, entrava dinheiro. Eu tinha uma conta corrente, uma conta da minha empresa. Ali entrava dinheiro. E o Beto me passava qual era a destinação desse dinheiro. A cada entrada de dinheiro, eu fazia uma emissão de nota. Então, eu sabia que aquela nota que eu estava emitindo para determinada empresa... — e aquela empresa tinha relação com determinada pessoa. Eu sei quais as empresas que tinham relação com o Deputado Luiz Argôlo, para as quais eu emiti nota. Daí o dinheiro entrava, e a destinação desse dinheiro normalmente era para quem tinha relação com aquela empresa”*.

Então, ela afirma, categoricamente, que emitia as notas para essas empresas e que repassavam para V.Sa. A Sra. Meire ainda diz. Sim, foi feita uma pergunta a ela pelo Deputado Marcos Rogério sobre qual é a atividade da empresa. E ela responde: *“Sim, especificamente em relação a essas notas, eu só quero deixar registrado que o Deputado fazia o contato. Eu não sei o motivo de a empresa enviar dinheiro, mas sei que essas empresas foram contatadas pelo Deputado Luiz Argôlo, o Grande Moinho Cearense e a M. Dias Branco”*, às quais ela emitia notas fiscais. *“Foi emitido para essas empresas um pouco mais de 1 milhão de reais. Essas empresas depositavam esse dinheiro, e esse dinheiro foi destinado não só para o*



Deputado Luiz Argôlo, mas para outras pessoas. Entrava em dinheiro, e ele pedia para fazer diversos pagamentos. Mas eu sei que essa entrada de dinheiro da Grande Moinho Cearense e da M. Dias Branco foi uma entrada a pedido do Deputado Luiz Argôlo. A nota foi emitida para essas empresas por intermediação do Deputado Luiz Argôlo”.

Então, a minha indagação é: V.Sa. conhece Ludovico, o terceiro sócio dito aqui por Meire? Sobre as notas fiscais emitidas para essas duas empresas, qual foi o contato que V.Sa. fez para gerar essa transação?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Primeiramente, só para informar ao Deputado Izalci que ela é uma criminosa. Ela não deu a documentação à Polícia Federal. A Polícia Federal apreendeu a documentação. Ela não amanheceu, acordou de manhã: *“Ó, vou entregar à Polícia Federal. Vou fazer um serviço bom ao meu País”.*

O SR. DEPUTADO IZALCI - É, no depoimento está dito isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - A Polícia Federal fez apreensão. E, nessa busca desesperada dela, na qual ela gostaria de encontrar alguém que pudesse patrocinar, porque essa foi a solicitação, o pedido dela, sobre o qual ela tinha mandado uma mensagem no WhatsApp para mim. E eu não conheci o número 011, salvei com uma interrogação. Após salvar com interrogação, apareceu a foto. Lembrei que seria ela. Aí falei com o advogado: *“Olhe, não converse, porque você não tem nada com ela, absolutamente nada para tratar. Não faça nenhum diálogo com ela. Dê-me o telefone, que eu irei buscar a informação por qual motivo ela está querendo lhe procurar”.* Ela pegou o advogado. Eu nem sabia que tinha ido buscá-lo no aeroporto, mas sei que saíram para jantar. E lá, na conversa, no jantar, ela pediu 250 mil reais para mim. E ele informou que não teria nenhuma possibilidade de dar nenhum dinheiro, até porque não tenho nenhuma relação absolutamente com os fatos ocorridos. E ela vem, logo uma semana depois, dar uma entrevista na revista, vem aqui e diz que vai se ater apenas ao caso do Deputado Luiz Argôlo. É muito estranho. Ela tem que informar se eu pedi a ela que emitisse uma nota fiscal; em que momento e quais foram os dias que eu estive com ela. Só estive uma vez apenas, que não foi no escritório dela, foi nessas cobranças que eu tive lá com o Alberto, o qual me dizia: *“Quero que essa mulher que está aí”* — estava numa sala



— *“vá logo, porque é uma mulher problemática”*. E eu sei, que é claro, todo mundo percebeu pela maneira que ela colocou. Eu nem sabia que recebia até esse apelido de Bebê Johnson, e eu imagino que ela pense que esse realmente é um besta, um bebê que possa se colocar fora de outro contexto. Eu não quero, na verdade, entrar pelo lado pessoal, mas a forma como ela foi apresentada, inclusive, a mim... Não cabe a mim julgar as pessoas nem o comportamento de cada um. Mas, se for necessário, eu vou dizer isso para a imprensa, qual é a verdadeira maneira como ela se comporta e como ela se comporta com os homens que foram colocados lá no momento. Mas eu acho que não é o momento agora, não. Vou manter aqui só a sua pergunta, Deputado. E eu não tenho relação nenhuma com o Ludovico, absolutamente nenhuma. Desconheço essa empresa fazendo obra em Salvador. Muito pelo contrário, eu acho que as obras de Salvador são contratadas pela Prefeitura Municipal de Salvador. Existem algumas obras do Estado, que estão fazendo algumas intervenções de mobilidade. Mas não tenho conhecimento de que essa Malga esteja fazendo alguma obra em Salvador. Então, é extremamente claro — posso assim dizer — que ela supõe que a nota tenha sido emitida a meu favor, a meu pedido; que tenho recebido recurso. O advogado, inclusive, perguntou a ela se ela viu entregar o dinheiro. Disse que não viu entregar o dinheiro, que ela supõe que eu fiquei lá, porque no outro dia eu iria receber. E como é que eu iria levar esse recurso, iria levar esse dinheiro? De fato, ele devia e continua devendo a questão ainda do terreno, mas absolutamente não tem a nada a ver com o que ela colocou de nota fiscal ou que com a Malga eu seria sócio de uma obra em Salvador. Isso eu posso afirmar.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Bem, a Malga nós já sabemos que é uma empresa fantasma, só emitia nota fiscal, e tal. Mas, na realidade, houve emissão de nota fiscal para essa empresa Grande Moinho Cearense Ltda. e M. Dias Branco S/A. V.Exa. tem conhecimento dessas duas empresas? Não as conhece?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Eu conheço as empresas e, principalmente...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tem alguma relação com essas empresas?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Não, não. O M. Dias Branco é uma grande empresa, inclusive, é uma das que mais geram emprego no nosso Estado da



Bahia. Ela tem lá o moinho do M. Dias Branco. O Moinho Cearense é uma empresa que não está nem no Estado da Bahia, que eu vi aqui no depoimento dela.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É, a empresa dela, a Arbor Consultoria, emitiu 646 mil reais contra a M. D.... Essa M. Dias é empresa de quê?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - De biscoito, de macarrão...

O SR. DEPUTADO IZALCI - E o Grande Moinho Cearense repassou 1 milhão em nota fiscal da empresa de consultoria, que ela mesma declara que ela emitia nota fria, que ela não pagava nem os impostos da nota. Era para receber as comissões ou receber o recurso para repassar para as pessoas. Quer dizer, ela diz que esse faturamento todo foi feito. E ela faturou milhões e milhões — a empresa dela, sem contar as outras empresas que faturavam. V.Exa. está acompanhando que na PETROBRAS são bilhões e bilhões que estão sendo desviados. Mas, especificamente quanto à empresa dela, e tem razão no próprio depoimento por nós aqui apresentado quando da audiência dela, já estava no corpo do depoimento que os materiais foram apreendidos. E ela foi convocada pela Polícia Federal a prestar depoimento. Já constava isso. De fato ela não disse isso, e eu nem quis também debater essa questão para deixá-la falar bastante, mas na prática ela diz assim: que emitiu notas, e que são várias empresas; são três, seis, nove, doze empresas em que ela faturou, e do recurso disse: no caso do Grande Moinho, R\$ 1 milhão, e no caso da M. Dias, R\$ 646 mil. Ela emitiu o dinheiro, recebeu o dinheiro por intermédio da empresa dela, e ela disse que desse dinheiro ela repassou, então, R\$1,7 milhão para V.Exa.

Então, Sr. Presidente, é óbvio, ela inclusive se dispôs a vir, e nós vamos votar daqui a pouco, eu estou indo daqui a pouco, às 14h30min, para a CPMI da PETROBRAS, onde nós vamos votar o requerimento de convocação. Apesar de ela ter se prontificado inclusive a fazer o depoimento espontaneamente, a CPMI tem de aprovar o requerimento. Nós vamos aprovar o requerimento de convocação para o depoimento sobre a PETROBRAS, e aí, diante dessas observações que foram feitas aqui, nós vamos ter de fazer acareações e talvez chamá-la novamente, porque a acusação feita aqui é muito grave, em função do que ela disse.

Mas por que haveria essa contadora, por que é que ela — e aqui poderia ser o advogado a responder também —, por que é que ela o procuraria para cobrar R\$



250 mil, com relação a isso? Ela sabia de alguma coisa? Porque isso só pode ser uma ameaça de contar alguma coisa. No diálogo de V.Sa. com ela, o que ela disse? O que ela propôs a V.Sa.?

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Deputado, deixe-me dizer aqui: eu nem sou de gravar conversa, nem sou de revelar conversa reservada. A conversa com ela que eu tive eu passei para o Deputado, e expliquei corretamente, mas basicamente é o que ela disse aqui: essas... Há algumas coisas que ela acha que são verdades, na fantasia dela e tal, e que não eram, e eu passei para o Deputado a conversa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E ela pediu dinheiro para...?

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Nem vou confirmar, nem vou negar. Eu tive uma conversa reservada. No dia que eu tiver uma reservada com qualquer pessoa, eu nem vou confirmar nem negar. Eu, como advogado...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois é, mas esse encontro foi antes de ela vir aqui?

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Sim, sim. Eu tive uma conversa reservada, nem vou negar. O que ela me passou eu passei para o Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É, Sr. Presidente, eu acho que agora só o que se tem de fazer realmente é chamá-la, ou...

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Nem sou também de gravar conversa. No dia que eu tiver com qualquer pessoa uma conversa reservada, é reservada.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ela foi muito contundente; então, ou ela está mentindo... Não é? E é preciso que a gente tome alguma providência, porque ela fez um juramento aqui, não é? Como testemunha. Aliás, no processo aqui, não; mas, de qualquer forma, na Polícia Federal, sim.

Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Tem a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Em 30 segundos? Não? Em 1 minuto, apenas?



Nós estivemos ouvindo o depoimento, estivemos ouvindo o Relator falando, eu trouxe uma porção de dúvidas, e conforme o Relator foi fazendo as suas perguntas nós fomos sanando as nossas dúvidas, ou checando, junto com a pergunta, respondida às vezes de forma satisfatória, às vezes de forma mais superficial, mas eu tenho duas questões bem pontuais.

Eu sou Deputada Federal do Paraná, do Partido Verde, do epicentro de todo esse furacão que assola e envergonha o meu Estado, o nosso País e esta Casa. Desde 1992 nós temos o Sr. Alberto Youssef envolvido com ilícitos no nosso Estado. Em 1992 a denúncia envolvia a Prefeitura de Londrina, a segunda maior cidade do meu Estado, e o BANESTADO, o banco que nos deu todos os problemas possíveis, e até agora a sociedade paranaense paga o preço desses problemas. Em 1997 ele estava envolvido com outra Prefeitura, a Prefeitura de Maringá, em 2002 num processo imenso que incluía a companhia de energia elétrica do meu Estado, e assim sucessivamente.

A minha pergunta é muito pontual. O Deputado Luiz Argôlo — isso é largamente difundido na imprensa, em todos os meios de comunicação, o tempo todo — foi “premiado”, entre aspas, ele foi beneficiado com uma delação premiada, e assim vai. Mas eu quero ser pontual no seguinte: primeiro, V.Exa. tinha conhecimento de todas essas histórias envolvendo o Sr. Alberto Youssef? Porque, por exemplo, eu fui Deputada Estadual, fui a primeira Deputada Estadual do meu partido, eu sou a primeira Deputada Federal do meu Partido no Estado, e não tive nunca contato, eu sempre mantive todas as distâncias possíveis desse cidadão e de tudo que o cerca. De tudo que o cerca!

E a outra pergunta, agora muito pontual: eu não tenho muito conhecimento jurídico, a minha formação não é na área jurídica, mas V.Exa., muito bem orientado pelo seu assessor jurídico, pelo seu advogado, obviamente entrou com uma representação no dia seguinte ao da publicação da revista *Veja* contra a Sra. Meire Poza. V.Exa. há de ter entrado com uma representação, haja vista que tudo que foi dito até este momento é mentira, não é verdade, não condiz com os fatos. V.Exa. deve ter entrado com uma representação jurídica contra ela. Se isso é real, quando V.Exa. deu entrada com essa representação?

Obrigada.



O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Só para fazer uma análise, Deputada Rosane, primeiro, como até a senhora já relatou aqui a sua história política, acho que todos nós que estamos aqui representando o povo temos uma história, nós temos um legado, e nós mantemos isso, e crescemos cada um segurando a bandeira que defende. A minha carreira política no meu Estado iniciou-se com uma relação local; nessa relação local, defendi a bandeira do municipalismo, a defesa do crescimento de uma região que não teve oportunidade de crescimento. Essa oportunidade nós conseguimos levar nos últimos 4 ou 5 anos. A minha região é a que mais cresce no Estado. A cidade em que eu tenho maior votação, a cidade de Alagoinhas, é a que mais gera emprego, a que mais tem indústria, a que mais tem empresa, em que há investimento em todas as áreas, em saúde e educação, em todos os sentidos. Sempre foquei a minha carreira na política regional. Quando fui para a reeleição de Deputado Estadual, ampliei as minhas bases para o sul e para o oeste do Estado. Hoje, como Deputado Federal, consolidei o nosso trabalho na região do litoral norte, no nordeste do Estado, na região da Chapada Diamantina, na região do oeste e do extremo sul da Bahia. Eu vivi a política como os fatos do meu Estado. O que eu quero dizer aqui à senhora é que com muita dificuldade a senhora poderia ter conhecimento de um suposto sonegador de imposto, ou de um lavador de dinheiro, ou de dólar, que fosse da Bahia. A senhora teria conhecimento, é claro, de um do Estado do Paraná. Então, eu não vivenciei essa história. Apesar de isso ter tido divulgação na imprensa nacional, eu não convivi com isso nem vivenciei a história, a biografia das pessoas que nos cercam. Nós que somos políticos conhecemos pessoas todos os dias. Não há como não conhecer, no café da manhã, ou no almoço, ou no jantar, ou na nossa caminhada política aqui em Brasília, que se resume a cinco, oito, dez restaurantes onde todo o mundo se encontra, onde está o setor produtivo do País, onde discutem e debatem as classes, e onde também estão os representantes do Senado e da Câmara Federal. Quando eu o conheci, não o conheci com um cartão de apresentação: "*Sou doleiro*". Não foi assim que eu o conheci. Eu o conheci como um investidor que tinha propriedades de valores significativos no meu Estado, e isso me dava a segurança de tratar com uma pessoa que tinha relação, tem relação aqui no Congresso, onde foi feito o questionamento sobre com quem ele tratava e tal. Eu não convivia com esse lado social dele, no



meio social dele, tanto que nas degravações, de que os senhores tiveram conhecimento, ele falava com vários Deputados, e no dia em que ele marcou o encontro, em que estaria possivelmente aqui em Brasília, ele falou com vários outros Deputados; ele, eu acho, certamente queria, no dia, fazer uma agenda e falar com todo o mundo. Mas o que eu posso aqui afirmar, o que posso aqui dizer aos senhores e às senhoras é que eu não utilizei... Eu posso fazer aqui até um mea-culpa e me informar, por conhecê-lo, e, depois de tudo que aconteceu, ver a gravidade, ou o tamanho do que estão afirmando, da articulação, do que era feito. O que eu posso afirmar é que eu não tenho nada a tratar com Alberto Youssef em órgão público. Não tive relações — empresariais, comerciais, públicas — com ele. Não utilizei o meu mandato em benefício dele nem de ninguém, mas sim do povo do meu Estado, do povo da Bahia, que defendo como nunca. Eu acho que essa é a minha motivação de estar hoje ainda, como candidato, indo para a disputa eleitoral, apesar de todo o desgaste natural que ocorre num processo como este. Nós estamos a 30 dias da eleição, e eu estou aqui com interesse de o mais rapidamente possível vir falar, para conversar, para poder deixar tudo muito claro. Então, eu posso, assim, afirmar que não tive relação de utilização do meu mandato nem na PETROBRAS nem em nenhum outro órgão, em nenhum Ministério. Isto eu posso afirmar aqui, Deputado Izalci: que o objeto da denúncia, da investigação, iniciou-se nesse processo no qual ele estava engajado, como uma pessoa com articulação em várias empresas, em vários Ministérios, com vários órgãos, com vários Parlamentares. É claro que eu estou aqui para me defender. Eu estou aqui para falar de mim. Cada um do que cabe a cada um, no momento certo, é claro que vai falar. O que eu posso aqui dizer é que muito me estranha — muito, mas muito mesmo; não é pouco, não, muito me estranha — que tenham focado tanto em mim, porque eu vejo, assim, o desejo rápido de as coisas comigo serem diferenciadas de outros que poderiam estar sendo questionados. Mas isso não cabe a mim; cabe, eu acho, à consciência de cada um, principalmente ao meu eleitor, que sabe da minha história, do meu passado, e sabe qual é o meu propósito. É isso que tem me deixado com muita força, com muita fé, com muita religião que tenho, com a minha formação e a minha educação religiosa, que tem me dado o espírito e a vontade de continuar



lutando, e não vou deixar, de forma nenhuma, de defender o interesse do povo do meu Estado.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Desculpe, eu fiz duas perguntas. Perguntei se o senhor entrou com uma representação, no dia seguinte ao da reportagem de *Veja*, contra a Sra. Meire. O senhor tem um processo contra ela por calúnia, difamação, toda essa sorte de coisas?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Eu posso afirmar uma coisa à senhora: não será um, não. O que eu estou preparando aqui são vários processos, para muita gente, e ela sem dúvida alguma estará também nesse rol, nessa relação. Como eu estou hoje focado... Estou focado hoje, na verdade, nesta defesa que estou aqui apresentando, mas absolutamente... A gente está vivendo um período ainda eleitoral; passado o momento, em que eu espero que a CPI faça um papel...

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Então, até o momento o senhor não tem nenhuma representação contra ela?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Não.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Está O.K.

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Nem contra ela, nem contra ninguém. Eu aprendi algo na vida pública: eu prefiro ser traído a trair. Então, se eu ando na rua e um cachorro me morde, eu não tenho que morder o cachorro. Então, se ela, na verdade, busca essa forma, é problema dela, ou de quem está patrocinando o advogado, porque eu acho que este questionamento deve ser feito: quem está pagando esse advogado dela?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu entendi que foi uma pergunta para mim, então...

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Não, eu...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Como V.Exa. olhou para mim, então eu vou perguntar: V.Exa. tem ideia, ou teria alguma suspeita sobre quem poderia estar fazendo isso?

E aqui eu aproveito para dizer o seguinte, e talvez até explicar por que — não sou eu que tenho de explicar, mas... — essa questão da agilidade do seu processo: evidentemente, foi em função do que descobrimos da PETROBRAS, não é? Da forma como o doleiro, como Youssef realmente desviou os recursos da



PETROBRAS. Então, quando saiu a reportagem de *Veja*, automaticamente quem estava na reportagem foi imediatamente... Porque são bilhões mesmo, e são empresas, muitas empresas fantasmas. Essa inclusive, a Malga, é uma empresa fantasma, cujo dono é a GFD, que comprou várias outras, inclusive o Laboratório Labogen. Exatamente comprava empresas falidas para emitir notas fiscais, para ter o recurso das empreiteiras etc.

V.Exa... Só para finalizar, até por curiosidade nossa aqui, e eu acho que é importante para o Brasil, pelo que eu vi neste processo, e também na questão do doleiro, isso tudo é uma continuidade da ação de Janene, que era do partido a que pertenceu V.Exa., não é? O que eles mudaram foi apenas o foco. Na época do mensalão de Janene trabalhou-se muito na questão de publicidade, e hoje desviaram para a PETROBRAS, mas é o mesmo esquema que vem lá de trás. V.Exa. conheceu bem Janene? Teve uma relação próxima com ele?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Deputado Izalci, eu não o conheci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não conheceu?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Nunca cumprimentei Janene, até porque eu era Deputado Estadual. Nas contas — porque se faz muito isso, não é? Essa bolsa de apostas —, em 2010, quase ninguém fazia conta de que eu estaria aqui, eleito, e eu fui ainda o terceiro. São quatro do PP. E eu venci essa bolsa de apostas. Quando eu cheguei aqui, cheguei como um novo cristão, sem absolutamente nenhum conhecimento nem apadrinhamento. É natural que... Todos os que são Parlamentares que chegaram de primeiro mandato sabem da dificuldade que temos de articular, até mesmo porque esta aqui é uma Casa conservadora, tem aqui cada um o seu perfil. Eu não vim defendendo nenhuma bandeira de empresa, nem construtora, nem nada que defenda isso, nem radiocomunicação, nem empresa de comunicação. A nossa atividade, da nossa família, é a pecuária. A política não nos soma absolutamente nada, muito pelo contrário; se olhar o histórico do que fui, de minha família, do que a gente... Eu já poderia estar, digamos assim, dedicando-me aos negócios, mas eu sou um prejuízo. Meu pai diz isso todos os dias. Eu sou um prejuízo financeiro imenso, e eu posso dizer que meu pai é o “paitrocinator”, porque está sempre me patrocinando. Mas assim tenho a tranquilidade de dizer que a relação com o partido se deu lá no Estado, e quando eu cheguei aqui, cheguei com



os três Deputados Federais que eram do mesmo partido, e tanto eu posso afirmar que não fazia absolutamente nada contra o partido que eu saí e deixei a porta aberta, tenho uma relação boa com todos os Deputados, mas eu busquei um novo partido, que é o Solidariedade, que é um partido que está na oposição ao Governo Federal, está na oposição ao Governo do Estado da Bahia. Mas, avaliando que eu saí de um partido que deve ter... Eu acho que o Ministério das Cidades é o segundo maior Ministério do Governo Dilma, com um grande orçamento; quer dizer, eu saí de um partido que tem um Ministério, que tem a caneta na mão, para ir para um partido de oposição, e sindical; então, há alguma coisa aí, e as pessoas têm de se questionar: se eu saí, foi porque justamente não fazia parte da grande cúpula, da relação do partido. E Janene eu não cheguei a conhecer. Quando eu cheguei aqui ele já tinha falecido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Tem a palavra o Deputado Cesar Colnago.

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - Eu acho que já foi quase tudo perguntado, mas eu queria mais é perguntar na verdade ao Dr. Aluisio.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Se for sobre esse assunto aí...

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - É sobre o assunto. V.Sa. acha que a...

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Veja, eu tenho um respeito enorme por V.Exa. Não autorizei; eu disse: *“Deputado, eu não vou, não posso impedir o senhor de divulgar nenhuma conversa, mas eu também não vou confirmar”*. A gente que é advogado é resguardado por certo sigilo, e tem de ser. Eu tinha de saber o que é que ela... Qualquer coisa. Então, se for sobre esse assunto aí, eu peço reserva a V.Exa. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - É sobre ele *(risos)*, porque eu fiz uma pergunta quando ela esteve aqui sobre se ela tinha receio pela vida dela, pelas denúncias que ela fez.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Hum, hum!



O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - Em segundo lugar, eu perguntei a ela: por que ela, que vinha há alguns anos trabalhando naquela atividade, nessa relação, por que somente agora ela tinha resolvido falar?

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Eu ia...

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - A minha pergunta a V.Sa. — e eu vou resguardar o direito de o senhor não se manifestar — é: na sua visão, quais são os reais interesses dela de ter ido à *Veja*, de ter ido à Polícia, de ter vindo aqui?

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Deputado, deixe-me.... Vamos dizer assim: deixe-me ficar em silêncio. Eu não quero... Nessa relação eu sou advogado de Luiz Argôlo, e como advogado eu tinha de saber de todas as testemunhas que eu arrolei. Eu conversei antes para saber no que elas poderiam contribuir, até para não chegarem aqui e às vezes não terem nada a contribuir. Eu teria de saber o que elas teriam a contribuir. O que eu sei é isso, é o que está... As coisas que são públicas, não é? Por exemplo, que ela estava sendo investigada, e ela veio contribuir depois que o escritório dela sofreu busca e apreensão. Foi aí que nela despertou esse espírito de contribuição para a República. Se ela fez isso por uma ação...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, eu gostaria de poupar o advogado desse constrangimento...

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - É, me poupem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - ... até porque ele está aqui para assessorar o Deputado por quem ele está advogando.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Exato.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não cabe ao advogado prestar esclarecimentos...

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Nem fazer juízo de valor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - ... nem fazer juízo de valor sobre o que está acontecendo, até porque senão ele vai ter de responder a um processo ético junto à Ordem dos Advogados.

O SR. ALUISIO LUNDGREN CORRÊA REGIS - Exato. Eu não posso revelar, Deputado Cesar, nem... A conversa que eu tiver com qualquer pessoa pertence à pessoa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Cesar Colnago, V.Exa. já encerrou?

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - Eu quero parabenizar os Deputados que já fizeram as perguntas, porque eles esgotaram praticamente todas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Tem a palavra o Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, é só uma questão de esclarecimento. O Deputado Luiz Argôlo falou aqui comigo, dizendo que eu era adversário dele. Não, nunca fui adversário dele. Na verdade, na terra dele, onde o pai foi Prefeito no Município vizinho, onde o irmão foi Prefeito, nós fomos votados lá. Quem era adversário dele era o Prefeito que votou em mim. *(Risos.)* Eu nunca fui adversário dele. O adversário dele e da família era o Prefeito. Ele votou em mim, e voto não se recusa. Portanto, nunca fui. Disputamos; a Bahia tem 39 cadeiras, então nós disputamos uma vaga para vir para Brasília. Eu ganhei uma, ele ganhou outra. Então, não fomos adversários. Concorremos juntos ao mandato de Deputado Federal.

Portanto, nunca o considerei adversário, até porque se o considerasse adversário eu estaria impedido de votar no Conselho de Ética. Então, não o considero adversário. Apenas aqui votarei com a minha consciência. O advogado disse que eu fui duro; eu fui duro na busca da verdade. Então, cada um vai fazer seu juízo de valor da verdade de cada um. Então, vai depender muito dali do Sr. Relator Marcos Rogério, do que ele conhece, muito mais do que todos nós, sobre o processo, vai depender do que ele escrever e da consciência de cada um de nós.

Eu lhe garanto que eu não votarei contra nenhum adversário. Eu votarei com a minha consciência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Tem a palavra o Deputado Marcos Rogério.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, apenas para... Depois de ouvir a participação dos nobres Deputados aqui presentes me surgiram alguns questionamentos que eu quero fazer neste momento.



O nobre Deputado menciona uma relação de negócios com o Sr. Alberto Youssef meio à distância, e a pergunta que eu quero fazer é: como V.Exa. conheceu Alberto Youssef? Quem lhe apresentou Alberto Youssef? Como começou essa relação com Alberto Youssef?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Eu conheci Alberto num jantar de boas-vindas dos Deputados que o partido promoveu aqui em Brasília. Foi no início da Legislatura. Eu não o conhecia antes da eleição. Eu o conheci... A posse foi em 2011; foi entre a posse e a eleição, foi mais ou menos no final do ano, em dezembro. Foram convidados os Deputados de todos os Estados, os de mandatos que foram renovados, que foram reeleitos, os eleitos, e também os que perderam, e foi nesse encontro que eu o conheci, e lá o conheci como empresário.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Jantar de boas-vindas de quê?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - O partido queria, na verdade...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O partido organizou esse jantar?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - É, o partido organizou esse jantar.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Qual partido?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - O PP.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Quem especificamente o apresentou a Alberto Youssef?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - O Líder do partido na época.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Qual o nome dele?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Mário Negromonte.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Tenho alguns outros questionamentos, apenas para poder dar coerência à linha de raciocínio também do Relator, que começa a formar a sua convicção.

Eu, tomando nota das falas entre V.Exa. e o Sr. Alberto Youssef, encontrei um depoimento dado no dia... Uma fala do dia 24/12/2014 (*sic*) em que ele diz a V.Exa: *“Bom dia. Tudo bem? Estou organizando tua vida.” “Do que está falando?” “Fica tranquilo. Vou combinar com você para liquidar. Semana tumultuada, mas tudo certo.”*

Apenas para esclarecer: essas conversas são em algumas ocasiões codificadas, em outras mais explícitas, algumas com valores, outras com cobranças



genéricas. O que é que Alberto Youssef estava querendo dizer quando disse que estava “arrumando a vida” de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Eu não sei precisamente quando foi, mas foi... Em meados do último trimestre do ano passado, ele sofreu um derrame, não é? Um derrame não, desculpem; um infarto, e ficou um tempo sem falar comigo, daí estar justamente fazendo essa cobrança. Eu acho que se remete exatamente a essa época, a esse período em que ele estava saindo do hospital. Ele disse: *“Olhe, vou resolver sua vida”*, justamente tratando do assunto da venda, porque não tinha sido efetuado o pagamento.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Em 29 de dezembro V.Exa. disse que estava passando a virada devendo a outros. A quem era, e por quê? Se V.Exa., como já foi dito aqui, vem de família abastada, rica, quem foi à casa de V.Exa. naquela data fazer cobrança? V.Exa. faz menção a uma cobrança. Está aqui, num trecho gravado em 29/12: *“Comigo e família, tudo bem; o resto, não. Passar a virada devendo os outros está foda. Você acredita que ele veio aqui em casa hoje?”* De quem V.Exa. está falando aqui? Que tipo de cobrança é essa?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Justamente nessa data, 29 de dezembro, é a data em que todo o mundo está pelo menos com sua família, não é? É entre o Natal e o Ano-Novo. Eu estava com a família, e essa pessoa é meu irmão. Essa palavra que eu falo justamente é da cobrança, é a insistência dele em resolver os assuntos.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Ao longo das conversas há alguns codinomes, entre eles “Véio”. Quem é “Véio”?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Não sei a quem se refere, não.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - E “Ceará”?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Não conheço.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Em vários trechos foram mencionadas essas duas expressões.

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Mas certamente não foi ditado por mim, Sr. Relator. Eu não conheço. Ceará eu só conheço o Estado.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Por que esse tipo de conversa com o Sr. Youssef se a relação se restringia à compra de um imóvel? Essa proximidade com ele, existia algo mais além disso?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Ele tinha grande interesse em fazer investimentos no Estado da Bahia, e um desses investimentos não era só a aquisição desse terreno, não era isso; era a construção de um hotel. Ele tinha como objetivo levar investimento para o meu Estado, em duas regiões: uma, a região da cidade de Entre Rios, onde nós temos lá 26 quilômetros de praia, nós temos as praias de Porto de Sauipe, Massarandupió e Subaúma, que têm um grande potencial turístico, e a outra cidade, que é a cidade em que eu defendo muito o desenvolvimento e a geração de emprego, é a cidade de Alagoinhas, onde nós temos lá, como já relatei aqui, a presença de várias indústrias que chegaram agora, recentemente, nos últimos 4, 5 anos, onde nós temos uma demanda de mais de 100% da área hoteleira, e toda a cidade hoje tem um déficit imenso de casas, locação de casas e terrenos supervalorizados. Eu tinha interesse em que se ele concluísse, é claro, esse pagamento, ele fosse construir um hotel lá nessa cidade nossa.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Apenas para concluir, e de repente evidenciar ou sanar uma contradição, em outra conversa, em 21/10/2013, V.Exa. faz menção a: *“12 mais 12 mais 40, tem um saldo de 36, mando agora para você as contas”*. E, portanto, aqui se fala de um saldo de 36 mil, isso em 21/10. Posteriormente, em data de 30/12, V.Exa. faz menção ao número de uma conta em agência do BRADESCO, e faz uma cobrança de 110 mil reais: *“Esses 110 mil resolvem tudo, 50 de um, 60 de outro. Diga que você consegue, vai?”* *“O.K., vou correr atrás para fazer”*, responde Youssef.

Essa contradição de no mês de outubro 36 mil e depois, posteriormente a isso, 110, esses fatos é importante serem esclarecidos. Nós estamos tratando de venda de um terreno, mas num momento fala-se de 36 e depois se fala de 110 mil de saldo devedor. Do que é que se trata exatamente?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Continuo a falar, ouviu, Relator? Aqui, é o seguinte: é exatamente a cobrança contínua para que ele acertasse essas pendências. Os 36, que... Eu não posso, assim, ser preciso, se tinham sido feitos



esses 36. E os 110... Eu estou com a declaração das duas empresas a que eu passei, foram passados os dados, o de 60 e um de 50, que não foi efetuado, como também não foi efetuado o de 120. Então, ele pedia, a gente passava os dados, confirmava, e 2 dias depois via que o valor não tinha sido depositado; voltava a ligar, aí as pessoas a que não pagaram, a exemplo dessa Bombaim... Esse senhor tem 85 anos de idade! É um amigo da família de muitos anos. Como é que eu ia deixar um senhor de idade, a quem já tinha sido comprometido o pagamento de um acerto de meu irmão no dia 20, depois era dia 30, depois era dia 10... Eu fiquei constrangido! Esse pagamento foi feito por meu pai, que foi lá e resolveu, e quitou, e aí se transferiu esse débito, que seria da Bombaim, para outro fornecedor, outra pessoa, a que depois também não faziam, não efetuavam o pagamento, como, eu insisto em dizer, o grande exemplo que está aqui é o extrato que eu estou entregando em mãos, agora, de Vanilton Bezerra, dos 120 mil que não foram depositados.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Essa conta do BRADESCO a que V.Exa. faz menção aqui, conta na Agência 1171, está em nome da União Brasil — Transportes e Serviços. A quem pertence essa União Brasil?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Essa é uma empresa, é uma locadora de veículos do meu Município, lá em Alagoinhas...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Hum, hum!

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - ... e eu tenho uma declaração que estará chegando às mãos de V.Exa., que vai chegar até o dia 8, de que não foi efetuado nenhum depósito, nenhum pagamento, nem meu, nem de Alberto Youssef, nessa conta.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Declaração ou abertura de sigilo?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Pode ser o sigilo também, porque não sou eu, aí se tem de pedir a terceiro. Mas a declaração ele já fez.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Eu finalizo os meus questionamentos fazendo apenas um a mais. V.Exa. comparece a este Conselho com o intuito de esclarecer os fatos imputados a V.Exa.; alega que os valores cobrados são referentes à compra de um terreno em cidade do Estado da Bahia; tem uma relação longa e histórica com o doleiro Alberto Youssef; pergunto a V.Exa. se na condição de Parlamentar, conhecendo as regras da Casa e conhecendo o



manual do decoro Parlamentar, V.Exa. considera o envolvimento de V.Exa. com esse cidadão uma relação moral, ética, ou em que medida V.Exa. vê nessa relação, nessa conduta, falta de decoro? V.Exa. agora há pouco fazia menção a um eventual erro cometido. V.Exa. considera essa relação uma relação normal, uma relação ética para um Parlamentar com assento nesta Casa? Qual a posição de V.Exa. em relação a isso, lembrando que nós estamos justamente no Conselho de Ética?

O SR. DEPUTADO LUIZ ARGÔLO - Primeiramente, só para agradecer, eu acho, a todos, porque eu acho que o Relator, na verdade, está finalizando o seu questionamento, e quero agradecer a todos os Deputados e à imprensa presente, e dizer, com a minha sincera tranquilidade e consciência, primeiro pela minha formação, pela minha orientação, eu digo, familiar e religiosa, que absolutamente não busquei e não busco a política para me servir dela. Eu exerço a política para servir às pessoas, principalmente ao legado construído pela história de minha família e pelo legado que construo hoje como Deputado Federal, que muito, eu posso dizer assim, tenho como alegria, e tenho assim orgulho da região que represento, a região Agreste de Alagoinhas, hoje representando outras regiões do Estado da Bahia. Eu não posso aqui fazer um prejulgamento, como todos nós que conhecemos pessoas e nos relacionamos com várias entidades que chegam ao nosso gabinete, fazendo proposta de emenda, pedindo sugestões de medidas provisórias, chegar em campo, como foi o caso, e conhecer dentro de uma casa de um Deputado do Estado da Bahia, em Brasília, Deputado conceituado, um partido conceituado, o qual conheci como um empresário. Não conheci como favor de patrocínio de campanha, e não recebi um centavo de recurso desse rapaz, Alberto Youssef. Não tive relação de apadrinhamento nem de favorecimento do meu mandato a ele em nenhum Ministério, quanto mais na PETROBRAS. Eu ouvi depoimento de Deputados que dizem que têm 8 anos de mandato, dois mandatos, e que não conseguiram nem ser o baixo clero. Aqui, todos nós sabemos as dificuldades que nós temos de encaminhar assuntos aos Ministérios, quanto mais na PETROBRAS. Como é que um Diretor, possivelmente, ia apadrinhar um contrato porque me conheceu? Será que ele gostou do meu olho verde? Deve ter sido isso, porque por nenhuma outra razão, motivação de história que possa confundir, nesse sentido. Se eu ando na rua e um cidadão quer fazer um “*selfie*” comigo, tira uma foto e posta no Facebook essa



foto, e depois descobrem que ele é um traficante, que ele é um estuproador, que ele é um pedófilo, a culpa é minha? Eu acho que não é culpa minha. O julgamento que a imprensa tem de fazer, e sobretudo a população brasileira, é o de que a gente vive no País uma democracia, de uma forma justa. Aqui nesta Casa, no Conselho de Ética, que rege sobretudo o nosso comportamento, se cometi falhas e erros, peço desculpas por admitir a ingenuidade de conhecê-lo como empresário, e não foi ele apenas. Qualquer empresário que disser que tem interesse na Bahia, onde ele estiver, em Roma, na China, em Cingapura, como eu fiz, eu vou também buscar isso com o interesse de defender o que sempre foi a bandeira nossa, a bandeira do desenvolvimento, a bandeira da geração de emprego, de geração de renda. Se esse foi o meu pecado, eu admito aqui aos senhores e senhoras que houve da minha parte, acreditando na boa-fé da pessoa, não olhando a ficha corrida de uma pessoa que queira buscar o interesse de colocar uma empresa no meu Estado, na minha região... Eu vou perguntar: *“Você é empresário de quê? De bebida?! Tudo bem, você fala aí de quê?” “Copo descartável?! Porque eu quero saber da sua ficha corrida, se você tem cheque sem fundo, se é boa-paga, se já foi preso, se deve Imposto de Renda”*. Mas não vou fazer isso. E essa não foi a minha história com relação ao Sr. Alberto Youssef. E volto a afirmar: não tenho o que dizer, absolutamente, dele. Não vou nem aqui acusá-lo, porque não presenciei tratativas, corrupção cometida, possivelmente, por ele ou por alguém. Não presenciei isso. Eu posso falar agora sobre a minha pessoa, o que me dá tranquilidade de um alívio imenso por estar aqui hoje, porque fiquei 5, 6 meses recebendo informações e denúncias. Cada dia era uma denúncia diferente. Era denúncia que apresentava uma coisa ou outra, e tal. E eu queria saber o tamanho, onde parava isso aí, porque estava muito grande. Mas eu quero dizer aqui da minha muita satisfação por estar aqui em Brasília, mas, sobretudo, para dizer ao meu eleitor, a minha família, que me deu muito apoio moral, aos correligionários, aos eleitores que sabem da nossa história e do nosso trabalho, e que acredita na mudança do nosso Estado da Bahia, que eu represento essa renovação. Sou o Deputado mais jovem nesta Legislatura. Acima da minha idade só tem gente com 50 anos. Eu tenho 34 anos de idade. Não posso errar, não devo errar. E, se foi cometida alguma falha, se cometi erro, estou aqui assumindo. Mas eu posso aqui afirmar com convicção que não utilizei e não



utilizo meu mandato para beneficiar nem fazer *lobby*, absolutamente, para ninguém. Então, eu quero aqui, primeiramente, agradecer a Deus, que é ele que me tem dado muita força, muita coragem e conforta muito a minha família, e aos meus amigos, que torceram e que torcem por mim. E, no grande julgamento, eu sei que estarei aqui com a consciência de cada par desta Casa. Não busquei nenhum Deputado para falar. Não procurei nenhum Deputado aqui para falar sobre o assunto. Não procurei o Presidente, não procurei o Relator. Não tive diálogo com nenhum Parlamentar, nem com os do meu Estado. Eu até falei aqui com o Deputado José Carlos Araújo, que é meu adversário político, e ele entendeu. Falei também com o Deputado Félix Mendonça, que é do meu Estado. Mas nunca busquei tentar... Porque eu achava que o momento certo iria chegar. E eu espero, pela consciência das senhoras e dos senhores, do próprio Relator, que a minha tranquilidade irá confortar, sem dúvida alguma, a consciência daqueles que prejulgam todos nós, cada um que está na vida pública. Eu sei que o julgamento não é fácil. É muito fácil a pessoa, às vezes, apedrejar quem está na vida pública. Mas o que é mais difícil é chamar aqueles que não acreditam que a política pode mudar, para que entrem nela. E acho que sou uma das pessoas que mais motivam as senhoras e os senhores que não estão na vida pública para que entrem e percebam que a gente consegue fazer o diferencial. Eu queria apenas agradecer a todo o corpo técnico, às senhoras e aos senhores da imprensa, que fazem o seu papel. E, se eu não falei, se eu não dei entrevista a vocês foi porque eu achava oportuno falar no momento certo, aqui no Conselho de Ética. Quero agradecer ao Presidente Ricardo Izar e ao Relator Marcos Rogério. Que possa Deus estar conduzindo na consciência da verdade não mais nada do que isso! Quero agradecer ao meu advogado, Aluisio, que também muito me emocionou com as suas palavras. Não sabia que ele era tão emotivo. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Marcos Rogério.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, apenas para dar conhecimento ao Plenário de que, com a tomada do depoimento do ilustre Deputado Luiz Argôlo, que é representado junto a este Conselho em duas Representações, as de nºs 26 e 27, encerra-se a fase de instrução, não podendo mais serem arroladas testemunhas de defesa ou mesmo por parte da relatoria. A partir de agora, segue



para análise dos fatos pelo Relator o conjunto das provas e dos depoimentos, não sendo, portanto, mais possível oitiva de novas testemunhas. O último a falar em representação junto ao Conselho é sempre o representado. Todavia, eu faço neste momento, Sr. Presidente, o encerramento da instrução, deixando consignada apenas a hipótese de juntada aos autos dos documentos compromissados pelo representado aqui nesta data, porque tem duas empresas que ficaram de encaminhar documentos; e algumas já estão aqui, outras, não. Então, eu estou encerrando a instrução com esta ressalva da juntada de documentos que foram aqui, neste Conselho, anunciados nesta ocasião. Portanto, além do que foi aqui anunciado, estou declarando encerrada a fase de instrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, agradeço a presença dos senhores.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Desculpe-me aí a interrupção.

Nobre Relator, V.Exa. encerra a fase de instrução. Não vai mais ouvir ninguém, nem de um lado, nem de outro. Quais são os próximos passos agora?

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Veja: o prazo para o encerramento da instrução, no caso desta representação... Porque o Relator pediu ao Presidente que unificasse as duas representações; e isso foi deferido pelo Presidente. Portanto...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Isso, pelo Presidente da Casa.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Não, pelo Presidente do Conselho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E a unificação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Mas nós também consultamos a Mesa.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - A unificação das duas representações. Até porque haveria perda de objeto, se eu me manifestasse na primeira.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Claro, eu sei, eu concordo com isso.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O prazo seria...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas o Presidente da Casa foi consultado?

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Foi.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então é isso.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O prazo, portanto, da instrução se encerraria no dia 10. E esse é o prazo final. Todavia, não há necessidade de o Relator usar todo o prazo. Ele tem até 40 dias.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Até porque o Conselho não diz que tem que ir até o último dia.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Diz até 40 dias. É o prazo do Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sem prejuízo, obviamente, ao contraditório, à ampla defesa, que este Relator procurou garantir ao longo da instrução deste processo.

A partir de agora, abre-se o prazo para que o Relator elabore o seu parecer e o apresente tempestivamente após o dia...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Dia 10.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sim, dia 10. Então tenho mais 10 dias para encerrar a parte de relatoria. E até o dia 24 de setembro é o prazo final para apresentação e deliberação deste Conselho. O prazo final, o prazo total para o encerramento das atividades inerentes a esse processo é de 90 dias. E esse prazo se encerra no dia 24 de setembro.

Portanto, este Relator agora se debruçará sobre todos os fatos e documentos, para apresentar o seu relatório dentro do prazo de 10 dias que me é dado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - É aí, Sr. Relator, a que eu quero chegar. Nós temos até o dia 24 para encerrar o processo. Concorda?

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Perfeito!



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pois é. Nós temos agora, hoje e amanhã, um esforço concentrado. Não teremos um esforço concentrado marcado neste intervalo, daqui para o dia 24. O processo como que fica prejudicado, fica uma coisa que... Até para o Deputado Argôlo não é bom, porque fica um processo inacabado.

Então, V.Exa. vai dizer que nós estamos... No dia 24 se encerra, estará encerrada, vai-se encerrar a fase, e V.Exa. vai apresentar o relatório. Cabe aí agora o Conselho se reunir ou não até o dia 24, não é isso?

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O que eu posso garantir é que este Relator apresentará o seu relatório tempestivamente, antes do prazo final estabelecido.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, eu remeto ao Presidente a pergunta que fiz a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Os 90 dias vencem no dia 24 de setembro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Isso. E nós não teremos sessão até lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não teremos. E, se V.Exa. conseguir me ajudar a fazer o milagre de dar quórum aqui, a gente vota esse relatório antes. Senão, a gente vota...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - É óbvio que não teremos, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então, nós vamos...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Irmã Dulce, embora seja santa baiana, não vai fazer esse milagre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não, nem o Bonfim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pois é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu acho que o mais provável é a gente votar esse relatório no dia 8 de outubro.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - É o que estou me comprometendo aqui, Sr. Presidente, que é cumprir as obrigações a mim atribuídas na condição de



Relator, tempestivamente. Eu não apresentarei o relatório depois de exaurido o prazo, findado o prazo; eu o apresentarei dentro do prazo estabelecido.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Isso!

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Com relação ao julgamento antes do dia 24, aí isso depende, obviamente...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O prazo não vai acontecer.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - ... de convocação, o que, pelo cenário político que nós estamos tendo, dificilmente aconteceria. O prejuízo que há é que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu acho que, na função de Presidente, nós vamos fazer a convocação.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Isso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Vamos marcar. Mas eu tenho certeza de que quórum vai ser difícil de se alcançar.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Eu ia lhe pedir justamente isto, Sr. Presidente: marcar a data para que a gente pudesse ouvir o relatório, aprovar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Sem dúvida! Nós vamos tentar marcar antes. Mas eu acho que vai ser muito difícil. A gente já viu o que aconteceu aqui na semana passada. Então, a dificuldade vai ser grande. Provavelmente, deve ficar para o dia 25.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO V.Exa. tem o calendário na mão. Dia 24 cai em que dia da semana?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quarta-feira.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Quarta-feira. Então dá para convocar para dia 25, uma quinta-feira. A outra quarta-feira seria... Ou a próxima terça-feira seria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Seria dia 1º de outubro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, o Relator, que já disse para nós que vai concluir e que vai cumprir os prazos todos... V.Exa. também já pode convocar a reunião, mesmo sabendo que isso não vai acontecer. Mas V.Exa.



cumprir os trâmites legais, convocando a reunião para o dia 1º, que é a primeira terça-feira útil depois de apresentado o relatório.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Não. O prazo — permita-me fazer esta observação — para a conclusão dos trabalhos, inclusive com a apreciação do relatório, é até o dia 24.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - V.Exa. não vai poder fazer... Nós não podemos fazer isso! Não tem como!

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Penso que a situação política...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Até porque cai numa quarta-feira. O prazo se encerra dia 24. V.Exa. teria que chamar para quinta-feira. E, se não é praxe esta Casa funcionar às quintas-feiras numa época normal, calcule agora! Então, para nós cumprirmos nossa obrigação, temos que convocar a reunião para a primeira terça-feira pós-prazo, que seria dia 1º de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Quando vai ser apresentado o relatório, mais ou menos.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Eu tenho 10 dias para apresentá-lo. Obviamente, tenho de analisar o conjunto das informações que estão no processo, mas apresentarei dentro do prazo de 10 dias que eu tenho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nós temos que considerar 24, Presidente. Nós temos que considerar 24. Não se pode antecipar. O prazo legal é 24.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então, a gente só pode fazer depois do dia 24.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - É exatamente isso que estamos dizendo: dia 1º.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É no dia 1º.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - É no dia 1º. Por isso estou dizendo que V.Exa. já pode convocar para o dia 1º, mesmo sabendo que esse quórum não será cumprido. Mas, aí, nós estaremos cumprindo a nossa obrigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então, vamos deixar convocado para o dia 1º, atendendo ao pedido do Deputado José Carlos Araújo.

A reunião está convocada para o dia 1º de outubro.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu não estou pedindo, não Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Poderia ser dia 30, também.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu não estou pedindo, Sr. Presidente. Estou colocando fatos para que nós possamos decidir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A gente sabe que não haverá quórum, mas nós vamos convocar para o dia 1º, para ficar feito o nosso papel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Uma pergunta: V.Exa. estará aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu estarei. Eu sempre tenho que estar.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, até para evitar constrangimento aos Parlamentares que estão em reta final de campanha também, eu pediria à Mesa do Conselho de Ética — antes de solicitar, porque obrigatoriamente o Presidente e o Relator têm que estar aqui —, que fizesse a consulta a cada um dos Parlamentares do Conselho, para que confirmassem presença. Se não houver a confirmação de presença aqui... Este Relator mesmo não virá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É... A gente vai avisar todos os membros, confirmar com todos. Se não houver 10 Deputados confirmados, não abriremos a reunião.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pois é. Mas, nobre Relator, permita-me: a convocação terá de ser feita. Agora a consulta sobre se estarão ou não, se vêm ou não... Se essa consulta for feita e nós tivermos quórum, eu não virei para cá. V.Exa. também não. Mas a convocação tem que ser feita.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Tem que ser feita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está convocada reunião para o dia 1º de outubro, às 11 horas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está encerrada a reunião.